

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPT n° 90007/2024

PROCESSO IPT n° 95425/2024 - PE00005/2024

CÓDIGO DA UASG: 103101

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

PREÂMBULO

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 07/06/2024

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/06/2024, às 9h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

RECURSOS PRÓPRIOS

O INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT torna público que se acha aberta a licitação em referência, na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico, que será regida pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, disponível no site www.ipt/fornecedores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhados por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e do credenciamento de seus representantes, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e horas mencionadas no preâmbulo deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe pela autoridade competente.

1 DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços de cobertura de seguro de responsabilidade civil para os membros dos órgãos estatutários, conselhos de administração e fiscal, comitê de auditoria estatutário, diretores e empregados aos quais tenham sido formalmente delegados poderes para representar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - seguro D&O - "Directors and Officers", de acordo com as condições previstas no Termo de Referência constante do ANEXO I, da minuta contratual, ANEXO III, deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

- 2.1 Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com o IPT que estiverem previamente registrados no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no Sistema de Compras do Governo Federal, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

- 2.1.1 O registro no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e o respectivo acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal.
- 2.2 As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no Sistema, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web>.
- 2.2.1 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.2.2 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.3 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema de Compras do Governo Federal, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema, relativos ao Pregão Eletrônico.
- 2.4 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.5 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 2.6 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.7 Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6.13, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea “e”, do item 10.1, deste edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte, deverá constar do registro da licitante junto ao SICAF.
- 2.8 Dos impedimentos:
- 2.8.1 Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pelo IPT, direta ou indiretamente, a Licitante:
- 2.8.1.1 cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do IPT;
- 2.8.1.2 suspensa pelo recebimento de sanções restritivas da liberdade de licitar e contratar com quaisquer órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo;
- 2.8.1.3 declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada ao IPT, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.8.1.4 constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.8.1.5 cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

- 2.8.1.6 constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.8.1.7 cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.8.1.8 que se encontre sob falência, concordata, insolvência, recuperação judicial não acolhida em Juízo ou recuperação extrajudicial não homologada, dissolução ou liquidação;
- 2.8.1.9 que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e não esteja autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- 2.8.1.10 a contratação do seguro objeto desta licitação será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, sem participação de corretor ou empresa corretora de seguros, que também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras, em atenção à vedação contida no Decreto nº 60.459/1967;
- 2.8.1.11 não será admitida a participação de seguradoras em regime de cosseguro;
- 2.8.1.12 não será permitida a participação de proponente que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- 2.8.2 Aplica-se a vedação prevista no item 2.8.1:
 - 2.8.2.1 à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - 2.8.2.2 a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) dirigente do IPT;
 - b) empregado do IPT cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) autoridade do ente público a que o IPT esteja vinculado.
 - 2.8.2.3 cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o IPT há menos de 6 (seis) meses.

3 DAS PROPOSTAS

- 3.1 As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.gov.br/compras, na opção “ACESSO AO SISTEMA”, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.
- 3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 3.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 3.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.3 A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.2.1 a 3,2,4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.5 A proposta de preço deverá conter o **preço total**, em moeda corrente nacional, com apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, alimentação, seguros, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.
 - 3.5.1 As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
 - 3.5.2 A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
 - 3.5.3 Havendo divergência entre a especificação constante do edital e aquela constante do Sistema, prevalecerá a especificação constante do Edital.
 - 3.5.4 Não será admitida proposta inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 3.6 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão.

4 DA HABILITAÇÃO

- 4.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 10, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente, em se tratando de empresário individual ou sociedade limitada unipessoal - SLU.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias.
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não-empresárias, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administradas, inclusive as Contribuições Previstas pelas alíneas “a”, “b” e “c” do Parágrafo Único do Artigo 11 da Lei 8.212/91, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014 e alterações posteriores;
- c) Certificado de Regularidade perante o FGTS - CRF;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A, do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.1.2.1 Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

4.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;
 - a.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) 01 (um) atestado, no mínimo, de desempenho anterior, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços, devidamente assinado.
 - a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).
- b) Certidão de Regularidade SUSEP - Superintendência de Seguros Privados e reservas Técnicas.

- c) Declaração do Ressegurador informando que a licitante está em dia com seus compromissos financeiros, dispondo de cobertura automática para os ramos de seguro que opera de acordo com o Decreto Lei nº 073/66 ou Declaração da própria licitante afirmando não fazer uso de resseguro.
- d) Registro ou inscrição na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

4.1.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, e quanto às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.
- b) Declaração de não enquadramento nos impedimentos constantes deste Edital.

4.1.5.1 As declarações acima deverão ser formalizadas nos termos dos modelos constantes do ANEXO I, deste Edital.

4.1.6 DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Os documentos necessários à habilitação deverão declarar a regularidade de situação da empresa/pessoa jurídica responsável pelo futuro fornecimento, cujo CNPJ deverá ser indicado pela proponente na ocasião da apresentação da proposta.
- b) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o IPT aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- c) A licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

5 DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.2.1 Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.8 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos;

- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório;
- f) que, por ação da licitante ofertante, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.
- g) A desclassificação de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação da proposta na etapa "Julgamento de Propostas".

5.2.1.1 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.2.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.3 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

6 DA ETAPA DE LANCES

6.1 Iniciada a fase competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento dos lances e dos valores consignados nos registros.

6.1.1 Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **PREÇO TOTAL**, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o **menor preço total**.

6.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscientos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5 O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.5.1 A licitante que tiver o seu lance excluído pelo Pregoeiro poderá mantê-lo, se julgar o valor consistente e executável, devendo apresentar novamente o valor, dentro do tempo de duração da etapa de lances.

6.6 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.7 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração dessa etapa.

- 6.9 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem crescente de valor.
- 6.11 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, em prol da consecução do melhor preço, nos termos dispostos para a definição das demais colocações.
- 6.11.1 Após o reinício previsto no item 6.11, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 6.11.2 Encerrada a etapa de que trata o item 6.11.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem crescente de valor.
- 6.12 Após o encerramento da etapa de lances e da eventual etapa de reinício de lances, nos termos indicados no item 6.11 desta cláusula, se houver a participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e, nessa hipótese, ocorrer empate entre as propostas, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, ficará assegurada às microempresas ou empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação.
- 6.12.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs/EPPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances;
- 6.12.2 Para efeito do disposto no item 6.12.1 desta cláusula, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) o sistema de pregão eletrônico, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as MEs/EPPs participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais MEs/EPPs na ordem de classificação;
 - b) a proposta que se encontrar na faixa até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para desempate;
 - c) para viabilizar tal procedimento, o sistema selecionará as propostas enquadradas nos termos da alínea “b”, disponibilizando-as automaticamente nas telas do Pregoeiro e fornecedor, encaminhando mensagem também automática, por meio do *chat*, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido;
 - d) caso a ME/EPP, classificada em segundo lugar, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais MEs/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

- e) não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial. Caso sejam identificadas propostas de MEs/EPPs e haja equivalência dos valores apresentados pelas empresas que se encontram no intervalo estabelecido no item 6.13.1 desta cláusula, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final.
- 6.12.3 Na hipótese da não contratação, nos termos do item 6.13.2 desta cláusula, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 6.12.4 O disposto no item 6.12.1 desta cláusula aplicar-se-á quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP;
- 6.13 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, salvo a hipótese do item 6.4, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

7 DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

- 7.1 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.2 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Pregoeiro, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato às participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

8 DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 8.1 Finalizada a etapa competitiva, caso ocorra empate por equivalência de preços, serão realizados os seguintes procedimentos:
 - 8.1.1 aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos transcritos nos itens 6.12, 6.12.1 e 6.12.2 deste Edital;
 - 8.1.2 aplicação do critério de desempate previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, se dentre as empatadas **não houver** empresa declarante ME/EPP, nessa ordem:
 - 8.1.2.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 8.1.2.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.2.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.1.2.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 8.1.3 persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 8.1.3.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

- 8.1.3.2 empresas brasileiras;
 - 8.1.3.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.1.3.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009..
- 8.2 O critério de desempate disposto no item 8.1 desta cláusula também será aplicado caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 9.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.
- 9.3 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do subitem 5.2.1, do Edital
- 9.4 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação desta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 9.5 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.5.1 A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
 - 9.5.2 O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessário.
- 9.6 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 9.7 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 9.8 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

10 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do SICAF e extraídos dos documentos indicados no item 4, deste edital.

- b) Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4, deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.
 - b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
 - b.2) Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo máximo de 1 (uma) hora**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
 - b.2.1) O prazo disposto no item b.2) poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:
 - b.2.1.1) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou
 - b.2.1.2) à critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, cujo envio deverá ser feito da forma indicada na sub alínea “b.2”, acima.
- d) O IPT não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- e) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.2, alíneas “a” a “d” do item 4, deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- f) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- g) Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- h) Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- i) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

- j) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados pelas licitantes durante a sessão do pregão, quando solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser apresentados no Departamento de Gestão das Aquisições/Área de Licitações, da Coordenadoria Administrativa do IPT, sito na Av. Professor Almeida Prado, nº 532, prédio nº 11, 1º andar, sala 22, bairro do Butantã, CEP 05508-901 - São Paulo - SP, em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- j.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou
- j.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 10.2 A licitante habilitada nas condições da alínea "e", do subitem 10.1, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.3 A comprovação de que trata o subitem 10.2 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério do IPT.
- 10.4 Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "e", do item 10.1, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 10.3, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal.
- 10.5 Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo item 10.3.
- 10.6 Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10.2 a 10.5, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11 FASE RECURSAL

- 11.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 11.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

- 11.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 11.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 11.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 11.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 Encerradas as fases de julgamento de propostas e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13 DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como ANEXO III.
 - 13.1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, a certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por elas administrados, inclusive as Contribuições previstas pelas alíneas “a” e “c” do parágrafo único, do Artigo 11, da Lei nº 8.212/91, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS) e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Trabalhistas - CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, o IPT verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 13.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 13.1.1, deste item IX, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
 - 13.1.3 Constituirá condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da Adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL”, os quais deverão ser consultados por ocasião da respectiva celebração. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008.

- 13.1.4 Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.8 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- 13.1.4.1 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 13.1.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 13.1.4.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);
 - 13.1.4.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 13.1.4.5 Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);
 - 13.1.4.6 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 13.2 A adjudicatária deverá assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação.
- 13.2.1 O prazo estabelecido no item 13.2 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pela Contratada e desde que ocorra durante seu transcurso, com o motivo justificado aceito pela Administração.
 - 13.2.2 Como alternativa, a assinatura do instrumento contratual poderá ser efetuada em formato eletrônico.
 - 13.2.3 Nos termos do artigo 219 do Código Civil brasileiro, as partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do contrato e seus anexos, assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que estes não sejam emitidos pela ICP-Brasil, de acordo com o art. 10, § 2º, da medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
 - 13.2.4 Na hipótese da assinatura em formato eletrônico, o contrato considerar-se-á assinado na data mais recente da assinatura aposta pelas partes, independentemente daquela efetivada pelas testemunhas da celebração do instrumento.
 - 13.2.5 As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do termo de contrato, assinado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos termos do Decreto Estadual nº 67.641/2023.
- 13.3 O contrato a ser firmado vigorará pelo período de 12 meses, contado da data e hora estipulada na Apólice de Seguro, conforme disposto no ANEXO III, deste Edital.
- 13.4 O prazo mencionado no subitem 13.3, acima, poderá ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
- 13.4.1 Eventual prorrogação será formalizada por meio de Termo de Aditamento Contratual, respeitadas as condições prescritas no Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, disponível no site do IPT, endereço eletrônico www.ipt.br/fornecedores.

- 13.5 Não obstante o prazo estipulado no subitem 13.3, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.
- 13.6 Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no subitem 13.5, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.
- 13.7 A licitante vencedora não poderá ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o direito de contratar com o IPT, nem tampouco subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto contratado, nos termos da cláusula 12ª (décima segunda), da minuta contratual, ANEXO III, deste Edital.

14 DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 As condições de remuneração e da forma de pagamento serão aquelas constantes das cláusulas 3ª (terceira) e 4ª (quarta), da minuta contratual, ANEXO III, deste Edital.
- 14.2 Os pagamentos serão processados por meio de crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, do CNPJ habilitado na licitação, no Banco do Brasil S/A - qualquer agência, consoante dispõe o Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017, com alterações posteriores.
- 14.3 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião de cada pagamento.

15 DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO E RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1 As sanções para o caso de inadimplemento serão aquelas previstas no ANEXO III do Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, disponibilizado no [site www.ipt.br/fornecedores](http://www.ipt.br/fornecedores).
- 15.2 As hipóteses de rescisão contratual serão aquelas constantes da cláusula 13ª (décima terceira), Minuta Contratual, ANEXO III, deste Edital.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 16.1 Não será exigida a prestação de garantia contratual para a contratação resultante desta licitação.

17 DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

- 17.1 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá formular impugnações contra o presente Edital ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, encaminhando o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública até às 17h, pelo e-mail licitacoes@ipt.br, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o envio e verificação de recebimento pelo IPT, não podendo alegar extravio, não recebimento, envio para o spam ou indisponibilidades pelo IPT.
- 17.2 As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo Pregoeiro em campo próprio do sistema, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 17.3 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, no ícone “Quadro Informativo”, do respectivo pregão,, dentro do prazo estabelecido para resposta indicado no item 17.1, e vincularão os participantes e a Administração, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 17.4 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
 - b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
- 17.5 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo subscritor do Edital, nos autos do processo de licitação.
- 17.6 As impugnações deverão ser dirigidas ao subscritor do Edital por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.
- 17.7 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique modificação deste Edital, esta modificação será divulgada da mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2 A simples participação na presente licitação evidencia ter as proponentes examinado cuidadosamente este edital e seus anexos, e se inteirado de todos os seus detalhes e com eles haver concordado.
- 18.3 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.4 É facultado ao Pregoeiro/Comissão de Licitações e/ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.4.1 A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da licitante.
 - 18.4.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, sua retomada somente poderá ocorrer mediante aviso prévio do sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência de seu reinício, e a ocorrência será fundamentada em ata.

- 18.5 O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.
- 18.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o IPT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 18.8 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 18.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o artigo 183 da Lei Federal 14.133/2021.
- 18.10 O IPT não admitirá declarações, posteriores à abertura das propostas, de desconhecimento de fatos ou disposições editalícias, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem o julgamento das propostas ou a adjudicação à licitante vencedora.
- 18.11 Integram o presente Edital:
- ANEXO I Questionário de responsabilidade civil.
- ANEXO II Modelos de declarações de:
- 1 - Declaração situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, e quanto às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.
 - 2 - Declaração de não enquadramento nos impedimentos constantes deste Edital.
- ANEXO III Minuta contratual.
- 18.12 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro Central da Comarca da Capital, por uma das Varas da Fazenda Pública.

São Paulo, 06 de junho de 2024.

Flávia Maria Abrão Villas Boas
Subscritora do Edital

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPT n° PE00005/2024
PROCESSO IPT n° 95425/2024

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPT n° PE00005/2024
PROCESSO IPT n° 95425/2024
QUESTIONÁRIO

**SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA
CONSELHEIROS, DIRETORES E/OU ADMINISTRADORES**

Informações do Proponente:

1) Razão Social: **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - S.A. - IPT**

2) CNPJ: **60.633.674/0001-55**

3) Endereço Completo: **AV. PROFESSOR ALMEIDA PRADO, Nº 532 - CEP 05508-901**

4) Ramo de Atividade: **PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS**

5) Data de início das atividades: **02/09/1966**

6) Composição do Capital Social do Proponente (Indicar a participação em % de cada sócio):
VIDE ANEXO

7) Sociedades Controladas (Subsidiárias) às quais a Cobertura deva ser estendida (Razão Social/CNPJ):
Não há.

8) A empresa possui ativos no exterior? Caso haja, especifique a natureza e o local: **NÃO.**

9) A empresa negocia suas ações em algum Mercado de Capitais (Bolsa de Valores)? **NÃO**

10) O Proponente possui Conselho Fiscal ou órgão de natureza similar? Caso haja, favor informar o número de reuniões realizadas no último exercício. X Sim ☐ Não
Conselho Fiscal e Conselho de Administração
12 reuniões, 01 por mês, para cada Conselho

11) O Proponente e/ou suas sociedades controladas possui operações com o governo (federal, estadual ou municipal), com empresas estatais ou de economia mista?
Em caso afirmativo informe os seguintes detalhes: X Sim ☐ Não

Quais são as empresas:

FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

Ministério da Economia

AGENCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

FAPESP-FUNDACAO DE AMPARO A PESQ.DO EST.DE S.PAULO

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO

AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO - ANP

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS - ANA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIAO SUDOESTE DA GRANDE SAO PAULO

MUNICIPIO DE LOUVEIRA
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO PAULO-ARTESP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
MUNICIPIO DE GUARUJA
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS-FEHIDRO
MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUMAS FUNDACAO MUNICIPAL DE ACAA SOCIAL
CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR
CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB

Os objetos dos contratos:

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D): desenvolvimento de trabalhos que envolvem criação a partir de informações teóricas e/ou experimentais e que são empreendidos com o objetivo de adquirir novos conhecimentos. Estes trabalhos podem ser:

Serviços Tecnológicos: os serviços tecnológicos englobam uma ampla gama de atividades tecnológicas que podem ser subdivididas em algumas categorias, como segue:

Assessorias e Consultorias - são as atividades especializadas realizadas pelos pesquisadores do instituto com o objetivo de aconselhar ou sugerir soluções ao cliente, e que não envolvem geração de novos conhecimentos. A equipe de trabalho utiliza sua bagagem de experiência profissional para atender a demandado cliente

Análise de falhas - avaliações das causas de quebras, falhas e defeitos de funcionamento de equipamentos, componentes, materiais, processos e produtos. Estas avaliações contam com realização de investigação, realização de ensaios, análises e medições que subsidiem a avaliação de causalidade da falha ocorrida.

Estudos de viabilidade técnica econômica - projetos com a finalidade de fornecer informações sobre decisões de implementações de tecnologias específicas, avaliação de rotas tecnológicas, prospecções de mercado de maneira geral. Vale ressaltar que para os estudos de viabilidade que seja parte de um projeto de pesquisa de P&D, o projeto completo deve ser caracterizado como P&D.

Avaliações de campo - avaliações de campo que podem envolver testes, ensaios, análises e também avaliações específicas fora do laboratório. O resultado final do trabalho requer além da avaliação dos resultados específicos dos testes realizados uma consideração sobre a situação encontrada no campo

Avaliações de conformidade - avaliações que envolvem comparação de normas, padrões e legislação com situações reais dos produtos, processos, componentes, sistemas, equipamentos produzidos pelas empresas. Estas avaliações são realizadas a partir da conformidade da situação com um padrão estabelecido.

Projetos de Tecnologia da Informação: outros projetos de TI, exceto os classificáveis como P&D. Neste grupo são classificados os trabalhos que podem envolver suporte, melhorias pontuais, testes de segurança de sistemas, avaliações de desempenho de hardware, criação de documentação para sistema entre outros.

Análises, Ensaios, Calibrações e Medições: realização de projetos que tem como objetivo entregar os resultados de análises e/ou ensaios e/ou calibrações e/ou medições ao cliente. São projetos que demandam dedicação exclusiva de equipes pela grande quantidade demandada de avaliações desta natureza.

Duração e valores dos contratos:

96 milhões

Durações diversas: Geralmente entre 12 a 36 meses. Alguns projetos com vigência de até 05 anos.

O percentual (%) da sua receita, proveniente desses contratos:

Geralmente os contratos preveem uma margem de contribuição de 30 a 50% para cobrir os custos indiretos e reinvestir na instituição que não distribui dividendos.

Informações sobre o Proponente e suas Sociedades Controladas (Subsidiárias):

2) Nos últimos 5 anos, houve ocorrência de algum evento abaixo? Em caso afirmativo, fornecer detalhes:

- Houve alteração na razão social? ☐ Sim ☒ Não
- Fusão, aquisição, cisão ou compra de participação em outra Sociedade? ☐ Sim ☒ Não
- Alguma subsidiária foi vendida ou deixou de operar? ☐ Sim ☒ Não
- A estrutura do Capital sofreu alguma alteração? **VIDE ANEXO** ☒ Sim ☐ Não
- Pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou fato similar? ☐ Sim ☒ Não
- Demandas Judiciais ou Extrajudiciais, inclusive inquéritos administrativos, contra os Administradores atuais e/ou contra os Administradores de gestões anteriores? ☒ Sim ☐ Não

Sem prejuízo destacamos que nos últimos 5 anos tivemos 1 ação de improbidade, envolvendo os administradores

Processo nº 0026699-15.2013.8.26.0053, em trâmite perante a 14ª Vara da Fazenda Pública da Capital de São Paulo - trata-se de ação de improbidade promovida pelo MP em face da FDE, questionando a dispensa de licitação na contratação do IPT, para a execução do projeto "Escola do Futuro".

A sentença de primeira instância entendeu que a dispensa de licitação para a contratação do IPT foi regular, bem como reconheceu ser lícita a cobrança de multa compensatória, decorrente da rescisão antecipada do instrumento contratual, que foi cobrada pelo IPT, no valor de R\$ 90.000,00.

O valor da causa deste processo é de R\$ 270.000,00 e ele está em fase de recurso de apelação. O risco de condenação nesta ação também é pequeno. O processo foi distribuído em 05/07/2013.

13) Informar se há expectativa, para os próximos 12 meses, quanto aos seguintes acontecimentos:

- Pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou fato similar? ☐ Sim ☒ Não
- Fusão, aquisição, cisão ou compra de participação em outra Sociedade? ☐ Sim ☒ Não
- Abertura de Capital ☐ Sim ☒ Não
- Ingresso ou retirada de sócios? ☐ Sim ☒ Não
- Redução de receita ou de lucro ☐ Sim ☒ Não
- Alteração no quadro de Administradores ☒ Sim ☐ Não

14) A Proponente e/ou suas Sociedades Controladas já foram, ou atualmente são, contratantes de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores?

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo informe:

- Nome da seguradora: Tokio Marine
- Limite de Responsabilidade: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)
- Data do vencimento ou cancelamento da última apólice contratada: 10/07/2023
- Indenizações pagas: Não

15) Já houve recusa por parte de alguma Seguradora para contratação ou renovação de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores? Em caso afirmativo informe detalhes: ☐ Sim ☒ Não

16) A Proponente está ciente de alguma circunstância ou incidente que possa dar origem a uma reclamação ao abrigo deste seguro (Demandas Judiciais ou extrajudiciais contra os Administradores, relacionadas aos seus Atos de Gestão)?

Caso afirmativo, fornecer detalhes. ☐ Sim ☒ Não

17) A Proponente, suas Controladas e/ou seus Administradores já foram demandados por empregados em razão de Responsabilidade por Práticas Trabalhistas? (Responsabilidade por Práticas Trabalhistas decorrem de ações e/ou omissões concernentes à relação de emprego, tais como dano moral, discriminação, calúnia, injúria, difamação, invasão de privacidade ou demissão ilegal). Em caso afirmativo, informe detalhes: ☒ Sim ☐ Não

R: RELAÇÃO DOS PROCESSOS EM CURSO ANEXA.

18) Quanto às relações trabalhistas, favor informar:

- Quantidade de funcionários e local de trabalho (Cidade/Estado): 607
 - 592 empregados celetistas - SP/SP
 - 04 empregados celetistas - S J Campos/SP
 - 04 empregados celetistas - Franca/SP
 - 02 empregados celetistas - Manaus/AM
 - 05 Diretores Estatutários (5 em atividade)

- A Proponente possui Manual de Recursos Humanos, Manual de Ética e/ou Conduta ou documento equivalente? **X** Sim ☐ Não

- Foram realizadas demissões coletivas nos últimos 12 meses? Em caso afirmativo, informar quantidade de colaboradores, local e razão da demissão coletiva. ☐ Sim **X** Não

- Houve reclamações contra qualquer conselheiro ou diretor atual (ou antecessor) do Proponente ou de suas Controladas? ☐ Sim **X** Não

19) Com relação às operações financeiras

- A Proponente e/ou suas Sociedades Controladas possuem alguma política formal de investimentos? ☐ Sim **X** Não

- A Proponente e/ou suas Sociedades Controladas estão seguindo fielmente a política de investimentos nos últimos 5 anos? **R: Estamos em início de Operação e as políticas definidas serão seguidas.**

- A Proponente e/ou suas Sociedades Controladas possuem operações com derivativos?

☐ Sim **X** Não

20) Comentar aspectos que, devido às suas características, julguem ser de interesse dessa Seguradora para análise do risco.

R: Todas as informações que julgamos necessárias já foram informadas.

21) Limite Máximo de Garantia:

R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais)

Anexos:

- Demonstrativo do aumento de capital e composição acionária;
- Ações trabalhistas, cíveis, tributárias em curso;
- Processos do IPT em curso no TCE/SP;
- Publicação do balanço;
- Estatuto do IPT; e
- Organograma do IPT.



DEMONSTRATIVO DO AUMENTO DE CAPITAL E COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

ACIONISTAS	C.N.P.J.	POSIÇÃO EM 31/12/2022			SUBSCRIÇÃO - SECRETARIA DA FAZENDA em 31-12-2023				TRANSFERÊNCIA - DERSA			AGOE DE 26/04/2023 (posição 31/12/2023)	
		CAPITAL SOCIAL	TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS	%	SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	QTDE. AÇÕES			SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	QTDE. AÇÕES	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS	%
Fazenda do Estado de São Paulo	46.377.222/0001-29	289.533.755,59	28.953.375,559	99,99973720	13.539.378,48	1.353.937.848			132,76	13.276	303.073.266,83	30.307.326.683	99,99978100
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A (em Tesouraria)(cesp)	60.633.674/0001-55	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			0,00	0	132,76	13,276	0,00004380
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A (em Tesouraria)(vcesp)	60.633.674/0001-55	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			0,00	0	132,76	13,276	0,00004380
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	43.776.517/0001-80	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			0,00	0	132,76	13,276	0,00004380
Desenvolvimento Rodoviário S/A - DERSA - (extinção - sel-23)	62.464.904/0001-25	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			(132,76)	(13.276)	-	-	-
Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	62.577.929/0001-35	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			0,00	0	132,76	13,276	0,00004380
Ministério da Fazenda - Órgão Central	00.394.460/0159-20	132,76	13,276	0,00004380	0,00	0			0,00	0	132,76	13,276	0,00004380
TOTAL		289.534.552,15	28.953.455,215	100,00000000	13.539.378,48	1.353.937.848			0,00	0	303.073.930,63	30.307.393,063	100,000



Francisco Souto Outeira
Contador
Controladoria - COM
fsouto@ipt.br
www.ipt.br

Numero do Processo	Assunto	Vara	Foro	Nome Abitracção	Ultimo Arrendimento	Valor Caua	Total de Sentença	Total Valor Propositio	Possibilidade Process (Data da Julga Data Causa)
000407-44-2004-4.01.3.001	Superintendencia da Zona Franca de Manaus SUPRAMA	5ª Vara Civil e de Accidentes do Trabalho	Manaus		Data: 02/10/2023: A excusão proposta pelo Adp de Excepção de Título Extra Judicial	R\$	0	R\$	20/08/2008
1.007901-03-2004-8.2.6.0506	Nessa Maria Faaretto	10ª Vara Civil	Ribeirão Preto		Data: 18/11/2008: SENTENÇA Data Sentença Ordinária	R\$	-	R\$	18/10/2000
0514069-74-2000-8.2.6.0100	HOSPITAL MONTREAL	4ª Vara Civil	São Paulo		Data: 31/10/2008: SENTENÇA Data Sentença Ordinária	R\$	-	R\$	20/01/2000
022269-48-2001-8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	3ª Vara da Fazenda Pública	São Paulo		Data: 11/02/2022: SENTENÇA Data Sentença Civil Publica	R\$	-	R\$	23/11/2001
0011074-16-2010-4.03.6100	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	II COLEGIO REGIONAL – FORO REGIONAL DE SANTANA	São Paulo		Data: 14/01/2013: SENTENÇA Data Sentença Ordinária	R\$	-	R\$	20/09/2010
0011074-16-2010-4.03.6100	Correios	4ª Vara Civil	São Paulo		Data: 02/10/2023: Trata-se de Adp Com Adp Ordinária	R\$	-	R\$	01/07/2010

Processo	Objeto	Texto do Objeto	Último Andamento	Resultado Final	Pontos de destaque	Ocorrências apontadas para fiscalização	Recomendações	Resumo
eTC: 2804.989.19-2	Prestação de Contas	Balanço Geral do Exército 2019	03/07/2023: processo arquivado 06/03/2023: acordo publicado: Contas Julgadas regulares, com ressalvas, em 08/11/2022 / MP de Contas reitera manifestação pela irregularidade das contas, apesar da manifestação da SDG pela regularidade em 09/08/2022	Regularidade com ressalvas	<p>OCCORRÊNCIAS ANOTADAS PELA FISCALIZAÇÃO</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">Não foi apresentada a declaração do Sr. Luiz Terêncio de Melo Filho, conselheiro no período de 01/01/2019 a 27/01/2019, conforme solicitado na Requirição nº 164/2020, sobre a participação em mais de dois conselhos de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias, de forma remunerada.B.3. DIRETORIA<ul style="list-style-type: none">A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: Plano de negócios para o exercício anual seguinte (inciso I do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais);A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos (inciso II do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais).B.4. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)<ul style="list-style-type: none">O CAE não possui autonomia operacional e decisão administrativa própria aprovada pelo Conselho de Administração;O CAE não verificou a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal (art. 10 da Lei das Estatais).C.3.1. QUADRO DE PESSOAL<ul style="list-style-type: none">Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento.C.3.6. FUNCIONÁRIOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS / ENTIDADES<ul style="list-style-type: none">Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação, incluindo os contratados em cargos de livre provimento.C.3.7. TESOURARIA, ALMOXARFADO E BENS PATRIMONIAIS<ul style="list-style-type: none">Ação de pesquisa tecnológica em apoio ao desenvolvimento e inovação possuía como meta na Lei Orçamentária de 2020 a quantidade de 22.345 documentos técnicos emitidos, entretanto o IPT emitiu 67% do planejado apesar de ter empenhado e liquidado 88,35% do orçamento; 2. A ação de modernização de infraestrutura e de laboratórios tecnológicos além de não ter meta estipulada na Lei Orçamentária apresentou uma execução de 15,763% do valor reservado para a ação, o que denota, s.m.j., necessidade de aperfeiçoamento do planejamento do IPT; 3. Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento; 4. Apresentação parcial da declaração de bens dos dirigentes e empregados da entidade, em desacordo ao artigo 13 da Lei nº 8.429/92; 5. Ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB; 6. Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação; 7. As operações da empresa não geraram receita suficiente para cobrir os seus custos, o que dificulta uma melhor significância dos indicadores financeiros; 8. O índice de liquidez geral demonstra recursos insuficientes para o pagamento das dívidas do órgão; 9. O resultado negativo de 2020 reduziu patrimônio líquido positivo de 2019; 10. Não foi implantado o Sistema de Gestão de Risco no exercício de 2020; 11. A empresa pública não disponibiliza para conhecimento público, por meio eletrônico, informação completa mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, nem mesmo com dois meses de retardar na divulgação das informações; 12. Houve atendimento parcial às recomendações desta Corte de Contas.	<p>Determino à Origem que:</p> <ul style="list-style-type: none">adote providências no sentido de reavaliar seu Quadro de Pessoal, lembrando que a regra do concurso público deve ser sempre privilegiada e que os cargos demissíveis ad nutum devem ser destinados, exclusivamente, àqueles que exercem funções de direção, chefia ou assessoramento, com atribuições bem definidas como tais e que se cadunem com as responsabilidades do posto, nos exatos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal de 1988;envide os esforços necessários ao exato cumprimento dos termos referidos no parecer da PGE exarado no Ofício-CPG nº 63/2015 no qual se ampara, documentando, de forma inequívoca, a previsão de ressarcimento das despesas com os funcionários cedidos sem prejuízo de verimentos;agilize a obtenção do AVCB daqueles prédios em que as adequações exigidas tenham sido finalizadas;aplique a implantação do Sistema de Gestão de Risco proposto em 2020;agilize a execução de medidas tendentes a atender as regras da transparência em seu portal eletrônico, em observância às orientações deste Tribunal. <p>Recomendo, ademais, que o Instituto:</p> <ul style="list-style-type: none">em observância ao artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, envide esforços no sentido de equilibrar sua situação econômico-financeira;adote medidas para fins de modernizar e conferir maior segurança à entrega da declaração de bens de dirigentes e empregados da Entidade. <p>A Fiscalização deverá verificar o cumprimento das correções anunciadas e a observância das recomendações consignadas no âmbito desta decisão.</p>	Reavaliação do quadro de pessoal (cargos comissionados para funções de chefia, direção e assessoramento); ressarcimento de empregados cedidos; agilização do AVCB; agilização da implantação do sistema de gestão de risco proposto em 2020; equilíbrio da situação econômico-financeira; agilização de medidas em prol da transparência em seu portal eletrônico; maior segurança para a entrega de declaração de bens de dirigentes e empregados.	
eTC: 4317.989.20-0	Prestação de Contas	Balanço Geral do Exército 2020	03/07/2023: processo arquivado 01/06/2023: acordo publicado: Contas Julgadas regulares, com ressalvas, em 23/05/2023	Regularidade com ressalvas	<p>OCCORRÊNCIAS ANOTADAS PELA FISCALIZAÇÃO</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">Não foi apresentada a declaração do Sr. Luiz Terêncio de Melo Filho, conselheiro no período de 01/01/2019 a 27/01/2019, conforme solicitado na Requirição nº 164/2020, sobre a participação em mais de dois conselhos de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias, de forma remunerada.B.3. DIRETORIA<ul style="list-style-type: none">A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: Plano de negócios para o exercício anual seguinte (inciso I do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais);A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos (inciso II do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais).B.4. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)<ul style="list-style-type: none">O CAE não possui autonomia operacional e decisão administrativa própria aprovada pelo Conselho de Administração;O CAE não verificou a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal (art. 10 da Lei das Estatais).C.3.1. QUADRO DE PESSOAL<ul style="list-style-type: none">Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento.C.3.6. FUNCIONÁRIOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS / ENTIDADES<ul style="list-style-type: none">Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação, incluindo os contratados em cargos de livre provimento.C.3.7. TESOURARIA, ALMOXARFADO E BENS PATRIMONIAIS<ul style="list-style-type: none">Ação de pesquisa tecnológica em apoio ao desenvolvimento e inovação possuía como meta na Lei Orçamentária de 2020 a quantidade de 22.345 documentos técnicos emitidos, entretanto o IPT emitiu 67% do planejado apesar de ter empenhado e liquidado 88,35% do orçamento; 2. A ação de modernização de infraestrutura e de laboratórios tecnológicos além de não ter meta estipulada na Lei Orçamentária apresentou uma execução de 15,763% do valor reservado para a ação, o que denota, s.m.j., necessidade de aperfeiçoamento do planejamento do IPT; 3. Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento; 4. Apresentação parcial da declaração de bens dos dirigentes e empregados da entidade, em desacordo ao artigo 13 da Lei nº 8.429/92; 5. Ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB; 6. Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação; 7. As operações da empresa não geraram receita suficiente para cobrir os seus custos, o que dificulta uma melhor significância dos indicadores financeiros; 8. O índice de liquidez geral demonstra recursos insuficientes para o pagamento das dívidas do órgão; 9. O resultado negativo de 2020 reduziu patrimônio líquido positivo de 2019; 10. Não foi implantado o Sistema de Gestão de Risco no exercício de 2020; 11. A empresa pública não disponibiliza para conhecimento público, por meio eletrônico, informação completa mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, nem mesmo com dois meses de retardar na divulgação das informações; 12. Houve atendimento parcial às recomendações desta Corte de Contas.	<p>Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none">adote providências no sentido de reavaliar seu Quadro de Pessoal, lembrando que a regra do concurso público deve ser sempre privilegiada e que os cargos demissíveis ad nutum devem ser destinados, exclusivamente, àqueles que exercem funções de direção, chefia ou assessoramento, com atribuições bem definidas como tais e que se cadunem com as responsabilidades do posto, nos exatos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal de 1988;envide os esforços necessários ao exato cumprimento dos termos referidos no parecer da PGE exarado no Ofício-CPG nº 63/2015 no qual se ampara, documentando, de forma inequívoca, a previsão de ressarcimento das despesas com os funcionários cedidos sem prejuízo de verimentos;agilize a obtenção do AVCB daqueles prédios em que as adequações exigidas tenham sido finalizadas;aplique a implantação do Sistema de Gestão de Risco proposto em 2020;agilize a execução de medidas tendentes a atender as regras da transparência em seu portal eletrônico, em observância às orientações deste Tribunal. <p>Recomendo, ademais, que o Instituto:</p> <ul style="list-style-type: none">em observância ao artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, envide esforços no sentido de equilibrar sua situação econômico-financeira;adote medidas para fins de modernizar e conferir maior segurança à entrega da declaração de bens de dirigentes e empregados da Entidade. <p>A Fiscalização deverá verificar o cumprimento das correções anunciadas e a observância das recomendações consignadas no âmbito desta decisão.</p>	Reavaliação do quadro de pessoal (cargos comissionados para funções de chefia, direção e assessoramento); ressarcimento de empregados cedidos; agilização do AVCB; agilização da implantação do sistema de gestão de risco proposto em 2020; equilíbrio da situação econômico-financeira; agilização de medidas em prol da transparência em seu portal eletrônico; maior segurança para a entrega de declaração de bens de dirigentes e empregados.	
eTC: 00002804.989.21-8	Prestação de Contas	Balanço Geral do Exército 2021	25/10/2023: acordo publicado 26/09/2023: Julgado regular, com recomendações. 21/09/2023 – Publicada no DOE a data do julgamento, a saber 26/09/2023. 03/11/2023: Solicitação, pelo Relator, de manifestação da ATI sobre os aspectos econômicos e financeiros, especialmente índices contábeis e econômicos. Distribuído por Sorteio no Setor 09/05/2022 - Junta deliberação Justificativas 27/10/2021, 10/03- Manifestação da PFE, pela regularidade, em 13/09/2022 e do MP de Contas, também pela regularidade, em 21/09/2022	Regularidade com ressalvas	<p>OCCORRÊNCIAS ANOTADAS PELA FISCALIZAÇÃO</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">Não foi apresentada a declaração do Sr. Luiz Terêncio de Melo Filho, conselheiro no período de 01/01/2019 a 27/01/2019, conforme solicitado na Requirição nº 164/2020, sobre a participação em mais de dois conselhos de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias, de forma remunerada.B.3. DIRETORIA<ul style="list-style-type: none">A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: Plano de negócios para o exercício anual seguinte (inciso I do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais);A diretoria não apresentou, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos (inciso II do § 1º do art. 23 da Lei das Estatais).B.4. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)<ul style="list-style-type: none">O CAE não possui autonomia operacional e decisão administrativa própria aprovada pelo Conselho de Administração;O CAE não verificou a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal (art. 10 da Lei das Estatais).C.3.1. QUADRO DE PESSOAL<ul style="list-style-type: none">Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento.C.3.6. FUNCIONÁRIOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS / ENTIDADES<ul style="list-style-type: none">Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação, incluindo os contratados em cargos de livre provimento.C.3.7. TESOURARIA, ALMOXARFADO E BENS PATRIMONIAIS<ul style="list-style-type: none">Ação de pesquisa tecnológica em apoio ao desenvolvimento e inovação possuía como meta na Lei Orçamentária de 2020 a quantidade de 22.345 documentos técnicos emitidos, entretanto o IPT emitiu 67% do planejado apesar de ter empenhado e liquidado 88,35% do orçamento; 2. A ação de modernização de infraestrutura e de laboratórios tecnológicos além de não ter meta estipulada na Lei Orçamentária apresentou uma execução de 15,763% do valor reservado para a ação, o que denota, s.m.j., necessidade de aperfeiçoamento do planejamento do IPT; 3. Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento; 4. Apresentação parcial da declaração de bens dos dirigentes e empregados da entidade, em desacordo ao artigo 13 da Lei nº 8.429/92; 5. Ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB; 6. Funcionários cedidos a outros órgãos, sem a devida compensação; 7. As operações da empresa não geraram receita suficiente para cobrir os seus custos, o que dificulta uma melhor significância dos indicadores financeiros; 8. O índice de liquidez geral demonstra recursos insuficientes para o pagamento das dívidas do órgão; 9. O resultado negativo de 2020 reduziu patrimônio líquido positivo de 2019; 10. Não foi implantado o Sistema de Gestão de Risco no exercício de 2020; 11. A empresa pública não disponibiliza para conhecimento público, por meio eletrônico, informação completa mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, nem mesmo com dois meses de retardar na divulgação das informações; 12. Houve atendimento parcial às recomendações desta Corte de Contas.	<p>Determino à Origem que:</p> <ul style="list-style-type: none">adote providências no sentido de reavaliar seu Quadro de Pessoal, lembrando que a regra do concurso público deve ser sempre privilegiada e que os cargos demissíveis ad nutum devem ser destinados, exclusivamente, àqueles que exercem funções de direção, chefia ou assessoramento, com atribuições bem definidas como tais e que se cadunem com as responsabilidades do posto, nos exatos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal de 1988;envide os esforços necessários ao exato cumprimento dos termos referidos no parecer da PGE exarado no Ofício-CPG nº 63/2015 no qual se ampara, documentando, de forma inequívoca, a previsão de ressarcimento das despesas com os funcionários cedidos sem prejuízo de verimentos;agilize a obtenção do AVCB daqueles prédios em que as adequações exigidas tenham sido finalizadas;aplique a implantação do Sistema de Gestão de Risco proposto em 2020;agilize a execução de medidas tendentes a atender as regras da transparência em seu portal eletrônico, em observância às orientações deste Tribunal. <p>Recomendo, ademais, que o Instituto:</p> <ul style="list-style-type: none">em observância ao artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, envide esforços no sentido de equilibrar sua situação econômico-financeira;adote medidas para fins de modernizar e conferir maior segurança à entrega da declaração de bens de dirigentes e empregados da Entidade. <p>A Fiscalização deverá verificar o cumprimento das correções anunciadas e a observância das recomendações consignadas no âmbito desta decisão.</p>	Reavaliação do quadro de pessoal (cargos comissionados para funções de chefia, direção e assessoramento); ressarcimento de empregados cedidos; agilização do AVCB; agilização da implantação do sistema de gestão de risco proposto em 2020; equilíbrio da situação econômico-financeira; agilização de medidas em prol da transparência em seu portal eletrônico; maior segurança para a entrega de declaração de bens de dirigentes e empregados.	

eTC 2205.989.22-1	Prestação de Contas	Balanco Geral do Exercício 2022	<p>23/11/2023: publicado no DOE despacho concedendo dilação de prazo para a apresentação de justificativas por 15 dias.</p> <p>17/10/2023: Publicada no DOE notificação para a apresentação de justificativas em 15 dias.</p> <p>31/05/2023: Apresentação, pelo IPT, dos documentos exigidos pelas Instruções 01/2020; 07/10/2022: notificação do IPT para ciência do relatório da fiscalização sobre o 1º semestre do exercício, para adoção de eventuais medidas saneadoras; Relatório da Fiscalização em 28/09/2022, sem abertura de prazo para justificativas.</p>	<p>Aguardando instrução e julgamento</p>	<p>Ocorrências assinaladas pela fiscalização em 28/09/2022: C.3. LITRACIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Diversas contratações com o campo "Valor do Contrato" em branco no Audisp Fase IV, em desacordo com o comunicado SDG nº 40/2018; C.6 – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTO Há projetos do Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT que estavam previstos para iniciar em 01/01/2022, mas não possuem qualquer percentual de execução no final do 1º semestre de 2022; Assência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB. <p>Ocorrências assinaladas pela Fiscalização em 12/09/2023 (balanco geral):</p> <ul style="list-style-type: none"> B.3. DIRETORIA Alguns membros da Diretoria ocupam cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, em desacordo ao inciso I do § 2 do artigo 17 da Lei Federal nº 13.303; C.3.1. QUADRO DE PESSOAL Contratação de cargos de livre provimento que não se enquadraram em atividades de direção, chefia ou assessoramento; C.3.6. FUNCIONARIOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS / ENTIDADES Funcionários cedidos a outros Órgãos, sem a devida compensação; C.3.7. TESOURARIA, ALMOXARFADO E BENS PATRIMONIAIS Não foi concluído o inventário dos bens patrimoniais no exercício de 2022; Foi contratada empresa em dezembro de 2022 para prestação de serviços de realização de inventário físico de bens patrimoniais móveis, imóveis e gestão do patrimônio do IPT (contrato nº PE020/2022B no valor de R\$ 195.000,00), no entanto, não houve a conclusão dos serviços apesar do término do prazo de execução contratual previsto de 6 meses; Há bem que não foi identificada a localização; IPT não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB de todos os seus prédios; C.9.2 – RESULTADO DAS OPERAÇÕES As operações da empresa não geraram receita suficiente para cobrir os seus custos, o que dificulta uma melhor classificação das indicações fiscais. 		
eTC 02418.989.23-2	Prestação de Contas	Balanco Geral do Exercício 2023	<p>19/05/2023: autos entregues a 6ª Diretoria de Fiscalização;</p> <p>28/02/2023: habilitação dos advogados do IPT;</p> <p>09/02/2023: processo autuado.</p>	<p>Aguardando instrução e julgamento</p>	<p>A prestação de contas do exercício de 2023 será feita pelo IPT em maio de 2024, sem prejuízo do cumprimento de requisições da Fiscalização a qualquer tempo.</p>		

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO			
		31/12/2023	31/12/2022				
N.E.				N.E.			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
	3	35.273	37.950		Fornecedores	4.699	4.846
	4	4.805	4.186		Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	1.492	1.420
	5	4.577	4.582		Receitas à realizar	285	285
		182	1.021		Salários a pagar e encargos a recolher	6.471	6.145
	7	2.894	3.328		Impostos e contribuições a recolher	3.712	12.844
	2.7	525	500		Adiantamento de clientes	745	790
		145	56		Obrigações a pagar - férias e encargos	14.536	13.863
		276	173		Parcelamentos fiscais	3.701	1.381
	2.19	318	31		Subvenções governamentais-agencias de fomento	9.277	7.935
					Outras obrigações	222	170
Total do Ativo Circulante		48.995	51.827	Total do Passivo Circulante		45.140	49.679
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
		2.711	3.550		Parcelamentos fiscais	11.017	5.295
	8	157.375	148.601		Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	32.316	32.335
	9	1.382	1.408		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	23.437	21.744
Total do Ativo Não Circulante		161.468	153.559		Provisão para dissídio coletivo	8.323	5.517
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	1.606	1.703
					Receitas à realizar	285	570
					Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	684	991
				Total do Passivo Não Circulante		77.668	68.155
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
					Capital social	289.534	288.354
					Reservas de capital	9.382	9.382
					Reservas de lucros	264	264
					Recurso para aumento de capital	13.539	1.180
					Prejuízos acumulados	(225.064)	(211.628)
Total do Patrimônio Líquido				Total do Patrimônio Líquido		87.552	87.552
TOTAL DO ATIVO		210.463	205.386	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		210.463	205.386

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Assinado de forma digital por
FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Dados: 2024.02.28 09:11:34 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:37:31 -03'00'
FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
		01/01/2023	01/01/2022
		A	A
		31/12/2023	31/12/2022
	N.E.		
Receita de serviços e produtos		49.680	50.646
Subvenção econômica - GESP		106.095	100.508
Subvenção econômica - Fomento	6	23.398	28.498
Receita de doação de bens - Fomento	14	3.983	3.170
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		183.156	182.822
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.731)	(6.951)
Devoluções e cancelamentos		(88)	(126)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		176.337	175.745
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(127.059)	(138.837)
LUCRO BRUTO		49.278	36.908
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20b	(42.388)	(52.601)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(2.697)	(1.704)
Serviços de terceiros		(12.414)	(10.161)
Depreciações e amortizações		(2.648)	(1.831)
Provisões diversas	20c	(5.815)	2.854
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		2.308	3.187
		(63.654)	(60.256)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(14.376)	(23.348)
Receitas financeiras		4.982	4.513
Despesas financeiras		(4.138)	(1.007)
RESULTADO FINANCEIRO		844	3.506
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.532)	(19.842)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(13.532)	(19.842)
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,05	-0,07

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por FLAVIA
GUTIERREZ MOTTA:24593631840
Dados: 2024.02.28 09:12:10 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:35:57 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.67/40001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, após dois anos de impacto da COVID-19 no andamento dos trabalhos do IPT, pudemos estabelecer metas e novos contratos, bem como colocar em andamento os projetos e serviços que foram prejudicados pela pandemia. Foram, no entanto, mantidos os cuidados com a saúde, vacinação e organização do ambiente de trabalho para preservação da vida.

Gracias ao modelo de retorno seguro ao campus, buscando sempre acolher, apoiar e atender os colaboradores que vinham de uma grave pandemia pelo qual o país foi acometido, e graças à possibilidade de realização de trabalhos presenciais em laboratórios, bem como em campo, o IPT recuperou-se de maneira eficiente e segura. O orçamento público executado pelo IPT foi de R\$ 239 milhões, com crescimento de 43 % de 2022 em relação a 2021, sendo de 54,5% a participação da dotação orçamentária do Governo do Estado de São Paulo - QESP. Considerando a receita bruta realizada pelo IPT e pela FIPT, o total movimentado pelos projetos executados em conjunto pelas instituições foi de R\$ 176,5 milhões, representando crescimento de 31% em relação ao ano anterior. A receita provém de cerca de 2/3 do setor privado e 1/3 do público. Estes resultados advêm de um dimensionamento que vem sendo construído no Instituto na busca de projetos e serviços de maior complexidade, com grande valorização da competência de seus recursos humanos, bem como de seus laboratórios.

No ano de 2022, foi antecipada a data-base da negociação salarial que normalmente é em julho para março, sendo autorizado reajuste salarial de 10,33%, valor referente ao IFO-FIPE acumulado de 12 meses. Após dois anos sem reajustes, em decorrência da pandemia, e após um ano de inflação na casa de dois dígitos, a correção foi aplicada. No mês seguinte, em abril de 2022, o Tribunal Superior do Trabalho se pronunciou sobre o processo de dissídio que estava em julgamento desde 2021 e concedeu ganho de causa à Ação Impetrada pelo Sindicato, requisitando os salários dos colaboradores em 11,09%. Assim, em 2022, os salários foram corrigidos em 22,60 % aplicado em período de 10 meses, anulizando o índice foi de 17,88%. Vale destacar que, somente foram possíveis estas implementações graças à saúde financeira do IPT, que acumulou aumentos consecutivos em seu caixa apesar da pandemia e desafios enfrentados em seus negócios nos anos de 2020 e 2021. Os reajustes concedidos contribuíram com a redução de caixa de R\$ 9,9 milhões no ano de 2022.

Durante esse período o Instituto realizou quatro importantes ações voltadas para a produtividade e retenção de seus colaboradores, algumas ações já implantadas e outras tratativas com o Conselho do Plano de Demissão Incentivada (CDPI) (PDI), que contou com a adesão de 44 colaboradores e foi implantado em junho; o Plano de Emprego e Salários (PES) que foi estruturado em nova lógica para adequar com a legislação vigente, reorganizar as carreiras e que propõe economia para as posições de comando e que encontra-se em trâmite no Governo; (iii) Concurso, etapa importante de renovação do quadro e geração de novas competências que também encontra-se em análise pelo governo e (iv) Programa de Participação de Resultados (PPR) que foi aprovado em dezembro com uma plêiade de indicadores a serem acompanhados durante o ano de 2023, para distribuição, de maneira universalizada,

aos servidores do IPT, no início de 2024 como forma de valorização da dedicação e do trabalho da equipe.

O ano de 2022 foi o quarto do processo de implantação do planejamento estratégico institucional elaborado em 2019, que traz como bandeiras: transparência, comunicação e agilidade. A metodologia Agil foi foco relevante das ações do Instituto, sendo realizados treinamentos e colocado em ação o grupo responsável pela estruturação e implantação dessa jornada. Esta iniciativa amplia a geração de valor para o negócio e sua rede de parceiros.

Um importante projeto que se deu continuidade foi o Observatório, grupo de trabalho que estruturou metodologia de prospecção de tecnologias com apoio de mercado, para fundamentar decisões tecnológicas estratégicas das áreas de negócios e direcionando ações. Um dos focos é de organizar as equipes para oferecer projetos de maior complexidade aos parceiros.

O Instituto conta também com duas Unidades EMBRAPII bem estruturadas e com crescente sucesso, uma em Materiais Avançados e outra em Biotecnologia que permitem projetos para várias das oito Unidades de Negócios em que o IPT se organiza. São projetos de inovação disruptivos e que geram desdobramentos de novos contratos e convênios, bem como geração de patentes e bases de sucesso.

O IPT obteve, em 2022, 41% de sua receita proveniente de inovação tecnológica, mostrando um crescimento aos projetos disruptivos e que agregam valor ao IPT, a sociedade em geral e ao mercado. Dado importante de se destacar é que em 2022 sua produção tecnológica resultou em 1.830 clientes atendidos e 19.910 documentos técnicos emitidos.

Em sua pesquisa de Satisfação do Cliente o IPT foi reconhecido com uma média de 9,2 tendo como máximo a nota 10,0 e obteve um índice de fidelização (NPS) de 84, demonstrando a elevada e destacada qualidade e satisfação dos clientes.

Em sua pesquisa de Satisfação do Cliente o IPT foi reconhecido com uma média de 9,2 tendo como máximo a nota 10,0 e obteve um índice de fidelização (NPS) de 84, demonstrando a elevada e destacada qualidade e satisfação dos clientes. Projetos e contratos foram realizados em 2022, como um importante marco de cooperação do IPT em políticas públicas, no apoio à concepção do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo 2022-2040. O IPT colaborou com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, complementando o trabalho da FIPE, com as Diretrizes para o Desenho de Políticas e Ações Futuras. Destaque para as seguintes ações: Impulsão do desenvolvimento econômico por meio de ações estratégicas principalmente para a transição de uma economia sustentável tendo em vista as questões de mudanças climáticas, com foco na recuperação ambiental, ampliação da segurança hídrica, impulsão do desenvolvimento econômico e de turismo. Neste trabalho concebeu-se toda a política de Competitividade e Inovação do Estado de São Paulo, para fortalecimento, aumento da competitividade e estudo da viabilidade de mecanismos para cidades inteligentes. Neste âmbito, de atenção ao desenvolvimento sustentável, foram criados dois novos Núcleos: NUTABES - Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-estar e Saúde, e Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono, além de, no final de 2022, ter sido inaugurada uma filial em Manaus, AM, para atender ao mercado de biotecnologia, transformação digital, apoio tecnológico às cadeias produtivas e formação de recursos humanos para tecnologia e inovação. Estes núcleos e a filial de

Manaus se vinculam de forma direta e precisa a seus principais setores públicos e privados, com foco em ações, programas e mercados: materiais avançados; energia; ciências, infraestrutura e meio ambiente; habitação e edificações; tecnologias regulatórias e metrológicas; biotecnomanufatura; tecnologias digitais; e ensino tecnológico.

Na continuidade de atividades do IPT OPEN, realizando importantes foram alcançados, destacando, em 2019, ilustrada com um dos maiores parceiros hoje do IPT, que vem a ser a empresa de tecnologia LeNovo através de incentivos da Lei de Informática. O Projeto Prometheus, derivado dessa parceria, conta com pesquisadores das áreas de Biotecnologia e de Tecnologias Digitais, caracterizando-se por ser disruptivo e multidisciplinar, tendo como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar e futurizar diferentes sistemas de armazenamento usando moléculas de DNA como meio físico de armazenamento de dados. Outro projeto com a LeNovo, o Projeto CONNOR consiste na capacitação de especialistas em Cibersegurança, visando formar recursos humanos para o mercado corporativo atuando no desenvolvimento de soluções com foco nos mais diversos ramos da segurança e auditoria. Este projeto iniciou em 2022, com um número de 765 inscritos para o processo seletivo. O conteúdo do curso está sendo ministrado por professores do Instituto e possui a colaboração de duas Universidades. O projeto conta com uma estrutura de salas de aula, laboratório e um centro de segurança operacional (Security Operation Center). Neste aspecto de trazer ao IPT sua participação ativa em ecossistemas de inovação, o IPT participou da Chamada Pública FINEP para a Implantação de Parque Tecnológico, tendo em vista a experiência sólida adquirida em curto espaço de tempo pelo ensino projeto IPT OPEN, o IPT teve aprovada sua proposta com excelente classificação na seleção geral brasileira, e recebeu um aporte da FINEP de R\$ 9,3 milhões concedidos em dezembro de 2022, com prazo de 5 anos. Trata-se de projeto que tem por objetivo promover atividades tecnológicas e criação de um ambiente para promover a inovação aberta, por meio da implementação, no campus do IPT, de Centros de Inovação de Inovações interessadas para o desenvolvimento tecnológico, a Capacitação de Recursos Humanos e o Desenvolvimento de Negócios. Outra importante parceria trazida pelo IPT OPEN é a com Setraes SP com o projeto Desplacis, cujo projeto é voltado à empresa nacional de desenvolvimento de soluções tecnológicas, com o orçamento de R\$ 13 milhões. Até final de 2022, foram atendidas 64 startups de base tecnológica de 19 municípios do Estado de São Paulo. Cinquenta instituições já possuem a empresa nacional de desenvolvimento de soluções tecnológicas e Inteligência Artificial. O IPT desenvolveu e executa diagnósticos de maturidade no início e no final da jornada para atestar o nível de desenvolvimento tecnológico das soluções. O IPT vem sempre cumprindo sua missão de promover a qualidade de vida da sociedade, apoiando firmemente as políticas públicas do Estado e brasileira, tanto em sua concepção como em sua implementação em diversas frentes, e sua missão de criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas demonstrada pelo reconhecimento pelos parceiros e atores do ecossistema empresarial e de negócios no Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)							
	Exercício Atual N.E.	Exercício Anterior 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021		Exercício Atual N.E.	Exercício Anterior 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.950	47.870	Fornecedores	10	4.846	3.286
Aplicações financeiras creditas vinculadas	4	4.186	6.180	Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	10	1.420	1.364
Contas a receber	5	4.582	6.056	Receitas a realizar	265	285	285
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.021	893	Salários a pagar e encargos a recolher	6	6.145	5.458
Impostos antecipados a e recuperar	7	3.328	4.451	Impostos e contribuições a recolher	11	12.844	3.511
Estoque		500	336	Adiantamento de clientes	790	787	787
Despesas pagas antecipadamente		56	43	Obrigações a pagar - férias e encargos	11	13.863	12.159
Depósitos compulsórios		173	173	Parcelamentos fiscais	11	1.381	1.234
Outros valores a receber		31	311	Subvenções governamentais-agências de fomento	12	7.935	10.227
Total do Ativo Circulante		51.827	66.313	Outras obrigações		170	195
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		49.679	38.506
Realizável a longo prazo		3.550	3.573	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	148.051	145.854	Parcelamentos fiscais	13	5.295	5.964
Intangível	9	1.408	398	Outras exigibilidades - Receita de doação -	14	32.335	31.235
Total do Ativo Não Circulante		153.559	149.825	Ag. de Fomento	14	21.744	22.460
				Provisão para racos fiscais, trabalhistas e civis	15	5.517	8.430
				Provisão para deslido coletivo	16	1.703	1.799
				IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	570	854
				Receitas a realizar		991	783
				Arrendamento mercantil - Dir. de Uso		68.155	71.515
				Total do Passivo Não Circulante			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	288.354	288.197
				Reservas de capital		9.362	9.362
				Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		1.180	156
				Prejuízos acumulados		(211.620)	(191.862)
				Total do Patrimônio Líquido		87.552	108.117
TOTAL DO ATIVO		205.386	216.138	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		205.386	216.138

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)						
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	287.968	9.362	264	229	(189.983)	107.860
Aumento de capital	-	-	-	(229)	-	-
Recurso para aumento de capital IRPJ/CSLL diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	156	-	156
Prejuízo do período	-	-	-	96	96	96
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	288.197	9.362	264	156	(191.882)	106.117
Aumento de capital	-	-	-	(156)	-	-
Recurso para aumento de capital IRPJ/CSLL diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	1.180	-	1.180
Prejuízo do período	-	-	-	96	96	96
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	288.354	9.362	264	1.180	(211.620)	87.552

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)					
	Exercício Atual 01/01/2022	Exercício Anterior 01/01/2021		Exercício Atual 01/01/2022	Exercício Anterior 01/01/2021
Recargas	185.960	173.481	Distribuição do Valor Adicionado	45.794	35.906
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.520	44.318	Pessoal	21.305	17.650
Outras Recargas	135.364	129.173	Encargos Sociais	12.649	8.431
Provisão/Reversão de Créditos: Liquididade Diversa	(15)	(15)	FGTS	7.158	5.789
Insuamos Adquiridos de Terceiros	(146.386)	(118.977)	Benefícios	18.094	8.114
Custos Prods., Mercs. e Serv. Vendidos	(133.593)	(108.794)	Impostos, Taxas e Contribuições	4.917	4.870
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(11.581)	(8.470)	Estaduais	12.144	6.000
Outros	(1.052)	(703)	Federais	94	60
Valor Adicionado Bruto	38.500	54.504	Municipais	13.083	3.184
Retenções	(1.831)	(1.571)	Remuneração de Capitais de Terceiros	(1.860)	12.863
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.831)	(1.571)	Junco	52.932	52.932
Valor Adicionado Líquido Produzido	36.669	52.933	Outros	(2.867)	12.380
Vir Adicionado Recebido em Transferência	4.514	1.975	Remuneração de Capitais Próprios	(18.842)	(1.995)
Recargas Financeiras	4.514	1.975	Prejuízo do Exercício	(18.842)	(1.995)
Valor Adicionado Total a Distribuir	42.183	54.908			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL					
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e direitos autorais; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros. Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.					
O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.					
O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrito. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de ações minoritárias privadas, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.					
Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em biomimetologia, o IPT conta com equipes de pesquisadores e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.					
1.1. Impactos relacionados à pandemia Covid-19					
Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia de Coronavírus - COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda					

onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

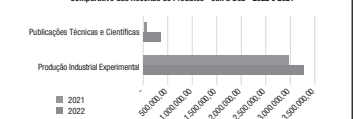
O efeito progressivo da flexibilização das medidas restritivas que se acentuou no desempenho econômico e na normalização das atividades econômicas impactou positivamente nas receitas do IPT, sendo o possível super que projetos que foram adiados com a eclosão da pandemia estejam sendo retomados à medida que que a normalização das atividades se consolida.

Comparativo das Receitas de Serviços - Jan a Dez - 2022 e 2021



quadro B:

Comparativo das Receitas de Produtos - Jan a Dez - 2022 e 2021



quadro B:

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 133 • Número 55

São Paulo, quinta-feira, 23 de março de 2023

Página 2

Prodesp

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 23 de março de 2023 às 05:01:09

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis apresentadas no período findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 08 de fevereiro de 2022 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação. As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A Administração avalia a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está consciente de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequência de mercado. Os ativos são registrados em demonstrações contábeis sob o nome de "Recebíveis". Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decorrer normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos por liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados operacionais do departamento financeiro e o histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, menos depreciação quando aplicável, por provisão para perda a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretos atribuíveis à aquisição dos bens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tempo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual, nota explicativa nº 3.1. Os bens do imobilizado são classificados em: Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanentemente, esperando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. A estimativa da vida-útil do ativo é um questionário de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes". O IPT é uma empresa pública, tem seu patrimônio bem que entram através de projetos de fomento com finalidades específicas e devolução, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metodológico, informação e educação em tecnologia.

Os bens são constituídos de forma a atender as necessidades especiais do Instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tem serviços para os quais esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSPESF.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e o tempo de vida remanescente dos bens, contido no estabelecido na NBC TG 27/04, correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceito o ICPG 10, item 30.3 e 43 também o CPC 23, item 32 e 38. Esse trabalho foi realizado pelo Instituto de Estimativa e Retificação de IPT, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPG 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Item nº 30: Revisão inicial das vidas úteis

"Para a entidade que adotar o custo atribuído (desired cost) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica realizada com a data de transição para o IFRS 16, para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exatidão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos bens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros) e produzirá efeitos contábeis, prospectivamente a partir das alterações nas bases das depreciações do período a partir da data da revisão. Nesses casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir das alterações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2019 e o registro devida a ser realizado prospectivamente, os valores de depreciação calculados anteriormente à data da revisão não são calculados (próximo passo).

1. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23

Item nº 30 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

"O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados de todos os períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciável, ou no padrão esperado do consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros.

O item 38 do CPC nº 23 afirma que a depreciação societária realizada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceito o ICPG 10 item nº 30.

2.3 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimado em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos, nota explicativa nº 8.

2.10 Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável, ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFP 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 5 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da aplicação de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2022.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, onde prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2022.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do boleto, exceto quando a entidade opta por pagar saldos classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são representadas no passivo não circulante.

2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

General

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas em provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, dependendo da natureza da obrigação ou do evento. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis e das decisões de fato e de direito jurídicas disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições orais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro líquido.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e na tributação que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa nº 18.

2.16 Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativo específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais de custos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, nota explicativa nº 10.

2.17 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores recebidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfetida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custos não reconhecidos no momento de seu recebimento.

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/Prejuízo Líquido dos períodos apresentados.

2.20 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A demonstração do lucro adicionado (DLA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

31/12/2022		31/12/2021					
Caixa	19	40					
Aplicações financeiras *	37.931	47.825					
	<u>37.950</u>	<u>47.865</u>					
31/12/2022 31/12/2021							
Aplicações financeiras *	23.675	37.821					
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	14	10.000					
Fundo de investimento em renda fixa	<u>37.931</u>	<u>47.825</u>					
O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados por meio de juros e rendimentos de renda fixa.							
4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS							
31/12/2022		31/12/2021					
Aplicações financeiras vinculadas		4.185	5.159				
Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados para o Instituto Substituto Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.							
O rendimento auferido no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.							
5. CONTAS A RECEBER							
Relativa a clientes a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.							
O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, com o intuito de garantir o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.							
A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).							
31/12/2022		31/12/2021					
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	5.115	6.584					
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - ajuste de acordo com a aplicação da norma CPC 48 (IFRS 9)	(533)	(533)					
	<u>4.582</u>	<u>6.051</u>					
Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.							
No exercício de 2022 a taxa de inadimplência ficou em 0,98%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos junto aos clientes.							
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:							
31/12/2022		31/12/2021					
A vencer	3.844	5.418					
De 1 a 30 dias	702	620					
De 31 a 60 dias	36	87					
De 61 a 90 dias	14	24					
Há mais de 91 dias	499	443					
	<u>1.271</u>	<u>1.166</u>					
	<u>5.115</u>	<u>6.584</u>					
6. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS							
O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e representativas a ela relacionadas, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.							
Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber", no Ativo Circulante conforme segue:							
31/12/2022		31/12/2021					
Secretarias do Estado de São Paulo-GESP	200	1.059					
7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR							
31/12/2022		31/12/2021					
COFINS a Compensar	115	424					
PASEP a Compensar	62	128					
Contribuição Social a Compensar	629	1.364					
Imposto de Renda a Compensar	1.171	1.707					
IRRF sobre Aplicações Financeiras	380	75					
IRRF a Compensar	919	4.181					
INSS a Compensar	50	50					
ISS a Compensar	338	4.451					
Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, devedores de acordo com a legislação fiscal vigente.							
8. IMOBILIZADO							
Composição do Imobilizado							
	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2022	31/12/2021				
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	37,283	37,283	37,283	37,283	48,349	37,283	11,066
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92,776	(50,020)	42,756	92,776	(48,427)	44,349
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	189,161	(157,900)	32,071	182,351	(152,319)	30,032
Instalações	2% a 50%	17,421	(15,587)	1,834	17,379	(15,508)	2,001
Equipamentos de TI	2% a 50%	17,554	(13,105)	4,449	14,791	(12,403)	2,388
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	375	(365)	10	375	(363)	12
Veículos	5% a 50%	4,166	(3,537)	629	4,163	(3,374)	789
Móveis e Utensílios	4% a 50%	5,567	(7,539)	1,028	8,379	(7,244)	1,135
Outros Imobilizações		30,924	(10,264)	20,660	30,321	(9,502)	20,819
Imobilizado em Andamento		5,437	-	5,437	4,828	-	4,828
		<u>3.177</u>	<u>(733)</u>	<u>2.444</u>	<u>3.035</u>	<u>(887)</u>	<u>2.148</u>
Direito de Uso - Máq. e Equipamentos		406,841	(258,240)	148,601	395,681	(249,827)	145,854
Total do Imobilizado		406,841	(258,240)	148,601	395,681	(249,827)	145,854
9. INTANGÍVEL							
Movimentação Intangível							
		Exercício - 2022					
		Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Transfer.	Baixas	Saldo em 31/12/2022	
Conta							
1.2.5.01.001 - Marcas e Patentes		695	43	-	-	738	
1.2.5.01.002 - Softwares		2,226	1,489	-	(314)	3,401	
1.2.5.01.003 - Software - Doação		1,611	-	-	-	1,611	
1.2.5.01.004 - Marcas e Patentes em Andamento		-	22	17	-	39	
Total Intangível		4,554	1,549	(325)	-	5,778	
AMORTIZAÇÃO							
1.2.5.01.001 (-) Amortização Acumulada	(2.141)	(156)				(2.297)	
1.2.5.01.002 (-) Amortização Acumulada - Doação Social	(1.337)	(57)	-			(1.394)	
Total Amortização		(3.478)	(213)	-	-	(3.691)	
Total Amortização		(398)	1,336	(325)	-	(4,470)	
10. ARRENDAMENTO MERCANTIL - NBC TG 06 (R3) - (IFRS 16)							
O IPT aplica os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme contabilidade do IFRS 16. <p>Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avalia se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.</p> <p>Os contratos de arrendamento mercantil são classificados em arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, além a valor presente.</p> <p>Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.</p>							
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER							
31/12/2022		31/12/2021					
ISS	187	258					
PASEP e COFINS	338	463					
Contribuição e Fundacionais	2.031	2.031					
COFINS - Retenção	111	58					
INSS - Retenção	24	10					
IRPJ/CSLL	24	651					
ITPU - Adicional	9.313	-					
Total	<u>12.828</u>	<u>3.511</u>					
Total de Impostos e Contribuições a recolher							
31/12/2022		31/12/2021					
Impostos e Contribuições - PPI	1.381	2.242					
	<u>1.381</u>	<u>2.242</u>					
(a) Está sendo mencionado nesta nota explicativa, o valor de IPTU-Adicional dos exercícios entre 2017 a 2022 em decorrência do processo de regularização das áreas constituintes no imóvel do IPT onde foi gerado o processo junto à Prefeitura do Município de São Paulo, em 2017, para regularização das áreas constituintes no imóvel do IPT onde foi gerado o processo junto à Prefeitura do Município de São Paulo. De acordo com a Lei 17.201/19, somente obras concluídas até 31 de julho de 2014 podem ser regularizadas pela Anista com expedição do alvará de funcionamento e remissão dos impostos prediais.							

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

quinta-feira, 23 de março de 2023 às 05:01:09

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de

expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o IPT a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Barueri, 10 de fevereiro de 2023

RUSSELL BEDFORD GM
Auditores Independentes S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO SA 2

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 133 • Número 55
São Paulo, quinta-feira, 23 de março de 2023

Página 5



documento
assinado
digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no
portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 23 de março de 2023 às 05:01:09

**INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT**

C.N.P.J./M.F. nº 60.633.674/0001-55

**CONFORME ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE
26.04.2023**

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - A sociedade por ações denominada INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais n.ºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Parágrafo segundo** - A sociedade tem sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro** - Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a sociedade poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **Parágrafo quarto** - Para consecução do objeto social, a sociedade poderá constituir consórcios e subsidiárias e participar do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar n.º 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017. **ARTIGO 2º** - Constitui objeto da sociedade atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: I. executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; II. dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; III. formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução de problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; IV. colaborar, desenvolver e oferecer cursos de especialização e pós-graduação, incluindo mestrado, doutorado e pós-doutorado, a técnicos diplomados por Instituições de Ensino Superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; V. colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; VI. celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; VII. prestar serviços a

órgãos e entidades dos setores público e privado; VIII. explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; IX. requerer o registro de patentes; X. ceder o uso de patentes e de outros direitos; XI. editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros; XII. realizar ensaios, laudos e análises técnicas em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; XIII. executar pesquisas e desenvolver soluções e padrões em metrologia para os setores industrial e laboratorial, incluindo calibrações; XIV. prover soluções tecnológicas e estratégias em tecnologia da informação, desenvolver programas de computador e licenciar os direitos de uso desses programas; XV. prestar suporte técnico em informática, relativamente aos programas de computador desenvolvidos ou relacionados com as pesquisas realizadas; XVI. realizar atividades de inspeção e avaliação da conformidade. **Parágrafo primeiro** - A sociedade poderá exercer atividades de desenvolvimento da mineração no território nacional, podendo para tanto, respeitadas as disposições do Código de Mineração, requerer os direitos de pesquisa ou lavra. **Parágrafo segundo** - Os serviços prestados pela sociedade a entidades dos setores público e privado serão sempre remunerados, porém a sociedade não visará lucros diretos, devendo ainda organizar, dentro das suas possibilidades orçamentárias e operacionais, programas de prestação de serviços gratuitos, com projetos de apoio ao desenvolvimento técnico e científico, de ensino e treinamento técnico e de trabalhos técnicos de interesse público. **Parágrafo terceiro** - A sociedade poderá desenvolver projetos e trabalhos de interesse público ou uso coletivo, custeados pelo Estado, por agências do Governo Federal ou órgãos de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais, estrangeiros e internacionais.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 289.534.552,15 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos), dividido em 28.953.455.215 (vinte e oito bilhões, novecentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e duzentas e quinze) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único** – Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 404.228.293,53 (quatrocentos e quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **ARTIGO 4º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 5º - A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da sociedade. **Parágrafo primeiro** - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo** - A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro por este indicado, ou, ainda, não tendo havido indicação, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro** - O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na

sociedade. **Parágrafo quarto** - A ata de Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, da Lei federal n.º 6.404/1976.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 6º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da sociedade. **Composição, Investidura e Mandato - ARTIGO 8º** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo primeiro** – O Diretor-Presidente da sociedade integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo** - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da sociedade que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados - ARTIGO 9º** - Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro** - O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo** - O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários - ARTIGO 10** – É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei federal n.º 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Membros Independentes - ARTIGO 11** – O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal n.º 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea “a”, do artigo 116, da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** – A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições - ARTIGO 12** – Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único** – Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento - ARTIGO 13** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e

extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da sociedade. **Parágrafo primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo** – O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro** – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro por este indicado, ou, na falta de indicação, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto** – Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto** – O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da Sociedade para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto** – As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da Sociedade, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria. **Parágrafo sétimo** – Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo** – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. **Parágrafo nono** - As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo** – Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições - ARTIGO 14** - Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I. aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II. aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III. aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V. promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da sociedade; VI. fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII. determinar a elaboração de carta anual de governança e

subscrevê-la; VIII. aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX. promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X. definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da sociedade e o seu objeto social; XI. deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela sociedade, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII. autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações; XIII. deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV. fixar o limite máximo de endividamento da sociedade; XV. elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da sociedade, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI. aprovar o plano de utilização do saldo remanescente do resultado apurado de cada exercício, que deve ser distribuído entre programas de prestação de serviços gratuitos, projetos de apoio ao desenvolvimento técnico e científico, de ensino e treinamento técnico e trabalhos técnicos de interesse público. XVII. deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XVIII. autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar 10% (dez por cento) do capital social; XIX. autorizar a constituição de consórcios e subsidiárias e a participação do capital social de sociedades, inclusive sociedades de propósito específico, respeitadas as disposições legais e regulamentares, em especial as constantes da Lei Complementar n.º 1.049/2008 e do Decreto estadual nº 62.817, de 04 de setembro de 2017, condicionada à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. XX. aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da sociedade; XXI. conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXII. aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXIV. avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXV. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes; XXVI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a sociedade, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XXVII. estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXVIII. avaliar os diretores da sociedade, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; XXIX. indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente; XXX. apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente; XXXI. aprovar o Código de Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de

Defesa dos Capitais do Estado - CODEC; XXXII. aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; XXXIII. supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade; XXXIV. aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16; XXXV. aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das Diretorias; XXXVI. eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria. **Parágrafo único** – O acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, poderá manter interlocução com os membros do Conselho de Administração, para dar conhecimento de assuntos que considerar de interesse estratégico, nos termos da alínea “b”, do artigo 116, da Lei n.º 6.404/1976, em especial: I. eleição de membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria; II. proposta de destinação do resultado do exercício; III. plano de Empregos e Salários; IV. fixação ou alteração de quadro de pessoal; V. admissão de pessoal mediante abertura de concurso público; VI. celebração de acordo coletivo de trabalho.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA

Composição e Mandato - ARTIGO 15 - A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor responsável pela área Financeira e Administrativa; um Diretor responsável pela área de Novos Negócios, Inovação e IPT Open; um Diretor de Operações; e um Diretor responsável pela área de Estratégia e Relações Institucionais, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas.

Parágrafo primeiro – É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela sociedade.

Parágrafo segundo - O Diretor-Presidente deverá ser eleito dentre pessoas de notória experiência nas áreas ligadas à tecnologia e à indústria, que reúna tirocínio tecnológico e reconhecida experiência no campo de atuação da sociedade. **Vacância e Substituições** -

ARTIGO 16 – Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções. **Parágrafo único**

– Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado. **ARTIGO 17** – Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo Diretor de idade mais elevada. **Funcionamento** - **ARTIGO 18** –

A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer. **Parágrafo primeiro** - As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo** -

As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. **Atribuições** - **ARTIGO 19** – Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada: I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; b) a proposta de plano

de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da sociedade, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da sociedade; e) os relatórios trimestrais da sociedade acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da sociedade; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16. I. Aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas; c) o plano anual de seguros da sociedade; d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da sociedade e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral; II. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 5% (cinco por cento) e for inferior a 10% (dez por cento) do capital social. **ARTIGO 20** - Compete ao Diretor-Presidente: I. representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II. representar institucionalmente a sociedade nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral; III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV. coordenar as atividades da Diretoria; V. expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram; VI. coordenar a gestão ordinária da sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII. coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII. promover a estruturação organizacional e funcional da sociedade, observado o disposto no artigo 14, XXXIV, deste Estatuto; IX. expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da sociedade. **Parágrafo único.** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da sociedade - ARTIGO 21** – A sociedade obriga-se perante terceiros: I. pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira; II. pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III. pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV. pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único** – Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 22 - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **ARTIGO 23** – O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** – Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **ARTIGO 24** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários** - **ARTIGO 25** – É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea “a”, do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei federal n.º 6.404/1976. **Parágrafo único** – É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea “b”, do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal n.º 6.404/1976.

CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 26 - A sociedade terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno: I. referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; II. analisar as demonstrações financeiras; III. promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; IV. garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; V. garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; VI. zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; VII. avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; VIII. monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. **ARTIGO 27** - O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo primeiro** – O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo** – Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo terceiro** – A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **ARTIGO 28** – O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, nos termos da Lei.

CAPÍTULO IX - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO

ARTIGO 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal n.º 13.303/2016. **Parágrafo primeiro** – O Comitê: I. emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II. verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III. deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV. deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo** - Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários. **Parágrafo terceiro** - Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto** – Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa. **ARTIGO 30** – Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei federal n.º 6.404/1976. **ARTIGO 31** – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto. **Parágrafo único** - Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexa.

CAPÍTULO X - ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE INTERNO

ARTIGO 32 – A sociedade terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro** – A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo** - A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **ARTIGO 33** – Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal n.º 13.303/2016, o seguinte: I. estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da sociedade, devendo para isso adotar estruturas e práticas

eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da sociedade às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III. disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da sociedade nestes aspectos; IV. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a sociedade; V. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da sociedade; VII. avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII. identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X. adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da sociedade; XI. elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da sociedade, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico; XII. elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual n.º 62.349, de 26 de dezembro de 2016; XIII. submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIV. manter canal institucional, que poderá ser externo à sociedade, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da sociedade, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade; V. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro** - Os Administradores da sociedade divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo** - Sob supervisão do Conselho de Administração, a sociedade deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos.

CAPÍTULO XI - AUDITORIA INTERNA

ARTIGO 34 – A sociedade terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único** - A área será responsável por aferir: I. a adequação dos controles internos; II. a efetividade do

gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III. a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **ARTIGO 35** - A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **ARTIGO 36** - Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **ARTIGO 37** - A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno.

CAPÍTULO XII - CONSELHO DE ORIENTAÇÃO

ARTIGO 38 - O Conselho de Orientação, órgão consultivo de natureza técnica, tem por função propor aos órgãos estatutários ações de planejamento estratégico da sociedade, nas opções tecnológicas a serem priorizadas e no desenvolvimento de suas atividades-fim. **Parágrafo primeiro** – Os conselheiros, o presidente e o vice-presidente do conselho de orientação serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. **Parágrafo segundo** - A eleição dos membros do Conselho de Orientação ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da assembleia geral ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato de seus antecessores. **ARTIGO 39** – O conselho de orientação será constituído de presidente, vice-presidente e onze conselheiros indicados pelo Secretário da Pasta Tutelar e submetidos ao Governador do Estado, escolhidos dentre personalidades de notória contribuição ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e indústria no Estado de São Paulo e que sejam representativos de diversos setores da economia. **ARTIGO 40** – No caso de vacância por renúncia, morte ou destituição de qualquer membro do conselho de orientação, o provimento do cargo será feito pela Assembleia Geral, convocada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a ocorrência. **ARTIGO 41** – Compete ao Conselho de Orientação: I. aprovar e fazer cumprir o Regimento Interno do Conselho de Orientação; II. opinar sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, por intermédio dos respectivos presidentes; III. opinar, com base em trabalhos técnicos elaborados pelo Conselho de Administração e da Diretoria, sobre a política de desenvolvimento, estratégias e a orientação geral dos negócios da sociedade. **ARTIGO 42** - O Conselho de Orientação reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente. **Parágrafo primeiro** - Aplicam-se, no que couber, as mesmas disposições das reuniões do Conselho de Administração, no que pertine à convocação, instalação e funcionamento das reuniões, bem como relativas à forma de deliberação. **Parágrafo segundo** – O Diretor-Presidente, quando convidado, participará das reuniões do Conselho de Orientação, sem direito a voto. **ARTIGO 43** – Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração pelo exercício de sua função.

CAPÍTULO XIII - REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, Impedimentos e Vedações - **ARTIGO 44** - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de

currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **ARTIGO 45** – Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas. **Parágrafo primeiro** - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo** - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato. **Parágrafo terceiro** – A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC. **ARTIGO 46** – Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e Licenças** - **ARTIGO 47** - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro** - A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo** - Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da sociedade, optar pelo respectivo salário. **ARTIGO 48** – Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata.

CAPÍTULO XIV - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 49 – O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. **ARTIGO 50** - Do resultado apurado de cada exercício, serão efetuadas as deduções previstas em lei, aplicando-se o saldo remanescente nos termos da legislação vigente e em programas de promoção de desenvolvimento científico e tecnológico nos campos da pesquisa básica e da pesquisa aplicada.

CAPÍTULO XV – LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 51 - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO XVI - MECANISMO DE DEFESA

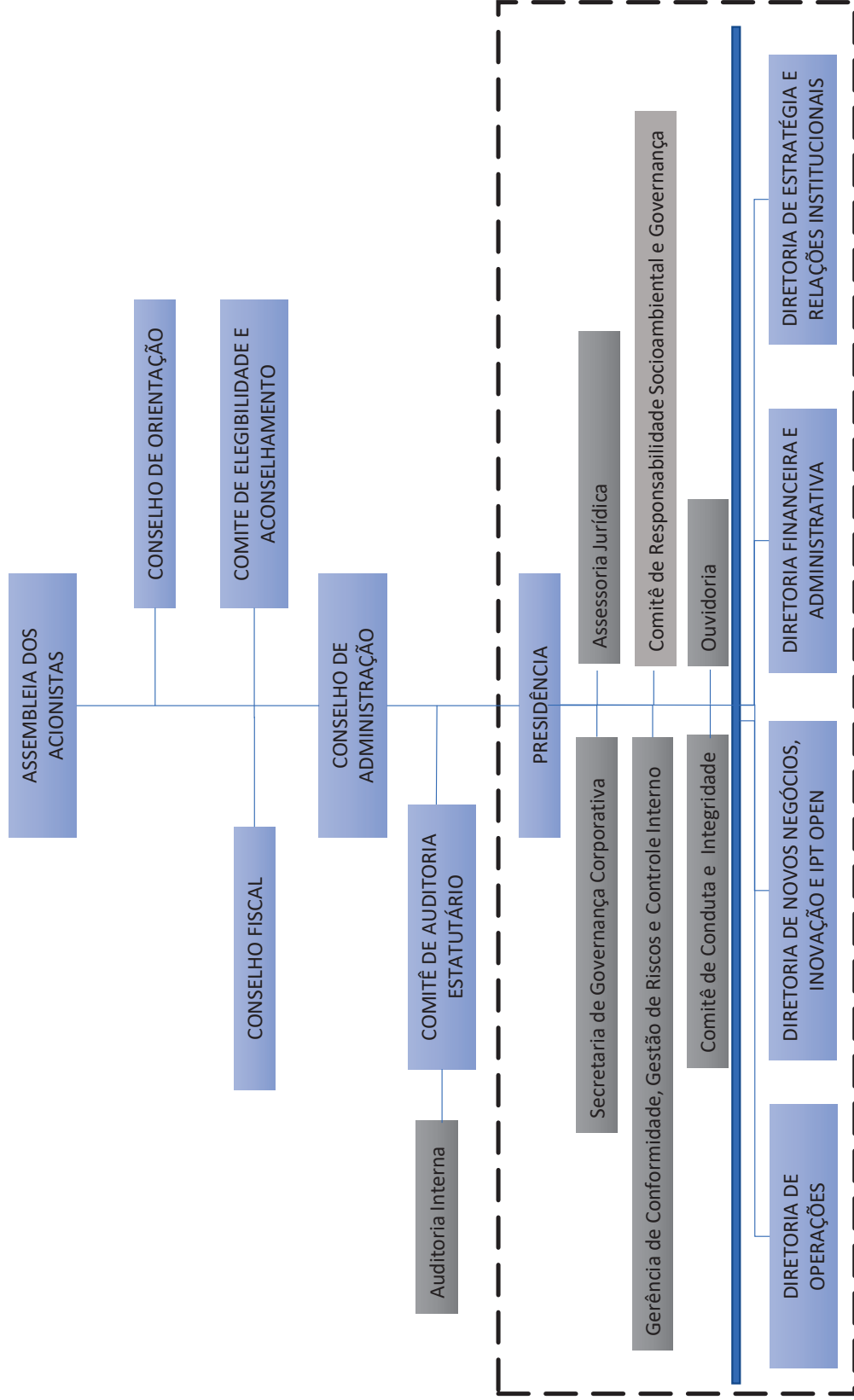
ARTIGO 52 - A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro** - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. **Parágrafo segundo** - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro** - Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da Companhia. **Parágrafo quarto** - A empresa poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo. **Parágrafo quinto** - Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela Companhia, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela Companhia, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade. **Parágrafo sexto** - A empresa, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo sétimo** - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da empresa. **Parágrafo oitavo** - A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções.

CAPÍTULO XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 53 – Até o dia 30 de abril de cada ano, a sociedade publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **ARTIGO 54** – Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual n.º 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da sociedade deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **ARTIGO 55** – A sociedade deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **ARTIGO 56** – É vedada a

indicação, para os órgãos estatutários da companhia, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro** – A proibição presente no “caput” deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo** - A sociedade observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais n.º 57.970, de 12 de abril de 2012, e n.º 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **ARTIGO 57** – A admissão de empregados pela sociedade fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único** - A sociedade observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto estadual n.º 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **ARTIGO 58** – A sociedade observará o disposto na Súmula Vinculante n.º 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto estadual n.º 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **ARTIGO 59** - Considerar-se-ão confidenciais, devendo a sociedade mantê-las sob sigilo, as informações obtidas durante a prestação de serviços remunerados por terceiros, bem como os resultados dos ensaios e pesquisas por estes contratados. **Parágrafo primeiro** - Os elementos do corpo técnico da sociedade, observado o disposto neste artigo, serão contratados sob cláusula de sigilo quanto a informações pertencentes a clientes, e de dedicação plena, não podendo exercer funções externas ou manter vínculos que, a juízo da Diretoria, possam comprometer os aspectos de insuspeição e de imparcialidade que devem distinguir as atividades da sociedade. **Parágrafo segundo** - Os membros da Diretoria submetem-se à mesma cláusula de sigilo prevista no parágrafo anterior, cumprindo submeter à aprovação do Conselho de Administração o exercício de funções externas à sociedade ou a manutenção de vínculos com terceiros. **Parágrafo terceiro** - A cláusula de sigilo prevista neste artigo e parágrafos anteriores vigorará mesmo durante ausências legais ou afastamentos e licenças autorizados.

ORGANOGRAMA ALTA ADMINISTRAÇÃO



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPT n° PE00005/2024
PROCESSO IPT n° 95425/2024

ANEXO II

MODELOS DE:

- 1 - Declaração situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, e quanto às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.**
- 2 - Declaração de não enquadramento nos impedimentos constantes deste Edital.**

1 - DECLARAÇÃO

Eu(nós) (nome completo) (RG e CPF)....., representante(s) legal(is) da(nome da pessoa jurídica)....., interessada em participar do processo licitatório **Pregão Eletrônico IPT nº PE00005/2024**, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - I.P.T., declaro(amos) sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º, do artigo 27, da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Declaro(amos), ainda, que a (nome da pessoa jurídica) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme disposições do parágrafo único, do artigo 117, da Constituição do Estado de São Paulo.

São Paulo, de de 2024.

(nome completo, assinatura e qualificação do representante
da licitante)

2 - DECLARAÇÃO

Eu(Nós)(nome completo) (RG e CPF)....., representante(s) legal(is) da (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo licitatório, **Pregão Eletrônico IPT nº PE00005/2024** promovido pelo INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT, declaro(amos) sob as penas da lei, que a empresa não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016, ou seja:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do IPT;

II - suspensão pelo recebimento de sanções restritivas da liberdade de licitar e contratar com quaisquer órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada ao IPT, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Declaro(amos) também que estamos cientes dos impedimentos previstos no parágrafo único do mesmo artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016, quais sejam, a vedação:

I - da contratação do próprio empregado ou dirigente do IPT, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

II - de quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente do IPT;

b) empregado do IPT cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; e

c) autoridade do ente público a que o IPT esteja vinculado.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o IPT há menos de 6 (seis) meses.

Por fim, declaro(amos) ainda, que estamos cientes dos impedimentos previstos abaixo, quais sejam, a vedação:

I - que se encontre sob falência, concordata, insolvência, recuperação judicial não acolhida em Juízo ou recuperação extrajudicial não homologada, dissolução ou liquidação;

II - que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

São Paulo, de de 2024.

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IPT nº PE00005/2024
PROCESSO IPT nº 95425/2024**

ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CAD/SGC PE00005/2024 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
C. CUSTO: EX30 CELEBRAM O INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO
PROJETO: 991911Z ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT E
.....

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços e na melhor forma de direito, de um lado o **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT**, com sede na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", nesta Capital do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ do MF sob nº 60.633.674/0001-55 e com Inscrição Estadual nº 105.933.432.110, neste ato representado de acordo com seu Estatuto Social, doravante denominado simplesmente **IPT** e de outro lado, a, regularmente inscrita no CNPJ do MF sob nº e com Inscrição nº, neste ato representada de acordo com seu Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, certo e ajustado o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições que a seguir se aduzem com inteira submissão às disposições legais e regulamentares atinentes à espécie:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de cobertura de seguro de responsabilidade civil para os membros dos órgãos estatutários, conselhos de administração e fiscal, comitê de auditoria estatutário, diretores e empregados responsáveis por tomarem decisões pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - seguro D&O - "Directors and Officers" de acordo com as condições previstas no Termo de Referência constante do ANEXO I, deste ajuste, conforme Edital de Pregão Eletrônico IPT nº PE00005/2024 e proposta comercial nº _____, emitida pela CONTRATADA em ____/____/2024, que desde já passam a fazer parte integrante deste instrumento, em tudo que com o mesmo não conflitarem.
 - 1.1.1 A prestação dos serviços objeto deste ajuste dar-se-á mediante a emissão de Apólice e Endossos específicos para o seguro, os quais deverão atender as especificações constantes do ANEXO I - Termo de Referência, deste contrato.
 - 1.1.2 A apólice mencionada no subitem 1.1.1 deverá ser entregue na sede do IPT, na Av. Prof. Almeida Prado, 532, Prédio nº 11, 1º andar, sala 22, Coordenadoria Administrativa - Departamento de Gestão das Aquisições - Bairro do Butantã - São Paulo/SP - CEP 05508-901.
- 1.2 A presente contratação foi precedida de regular processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme processo IPT nº 95425/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 2.1 O presente contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data e hora estabelecida na Apólice de Seguro, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
- 2.2 Eventual prorrogação e/ou alteração do contrato será formalizada por meio de termo de aditamento contratual, respeitadas as condições prescritas no Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, disponível no site do IPT, endereço eletrônico www.ipt.br/fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO E DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O IPT pagará à CONTRATADA, pela perfeita e integral execução dos serviços objeto deste contrato, o valor total de R\$ (), em 04 (quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas para execução dos serviços descritos no Anexo I, deste ajuste.

3.1.1 O vencimento da primeira parcela ocorrerá no 30º (trigésimo) dia contado da data de emissão da Apólice de Seguro.

3.2 O valor acima mencionado remunerará todos os elementos requeridos para a execução dos serviços, estando neste valor inclusos despesas com mão de obra, transportes, alimentação, tributos, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fundiários e variações salariais, bem como quaisquer outros que sejam devidos em decorrência deste contrato, constituindo-se, assim, na única remuneração a ser paga pelo IPT à CONTRATADA em função do presente ajuste.

3.3 Em atendimento à legislação em vigor, a remuneração prevista neste contrato poderá ser reajustada consoante a mínima periodicidade autorizada pela Lei Federal nº 10.192/01, observados os ditames do Decreto Estadual nº 48.326/03, regulamentado pela Resolução CC-79, de 12/12/2003, emitida pela Casa Civil, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = Po \cdot \left[\frac{IPC}{IPCo} - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

3.3.1 A periodicidade anual será contada a partir da data de referência dos preços, conforme disposto no subitem 3.3, do item III, do Edital de Pregão Eletrônico IPT nº PE00005/2024.

3.4 Dá-se ao presente contrato, para os efeitos legais, o valor total de R\$
(.....).

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O IPT pagará à CONTRATADA o valor total estabelecido no item 3.1 deste contrato em 04 (quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela no 30º (trigésimo) dia contado da data da emissão da Apólice de Seguro.

4.2 A nota fiscal/fatura, recibo ou documento de cobrança relativa aos pagamentos do prêmio deverá ser apresentada no Departamento de Gestão de Contratos, da Coordenadoria Administrativa, do IPT, pelo e-mail gestaocontratos@ipt.br.

4.2.1 Eventuais incorreções ou glosas serão comunicadas pelo IPT à CONTRATADA, em até 02 (dois) dias da data do recebimento da nota fiscal/fatura, recibo ou documento de cobrança, que deverá ser reemitida e entregue ao IPT.

4.2.2 O prazo de pagamento será prorrogado por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

- 4.3 A CONTRATADA deverá consignar no corpo da nota fiscal/fatura, recibo ou documento de cobrança o respectivo código do serviço, para efeito de recolhimento do ISSQN.
- 4.3.1 As NF-e poderão ser enviadas por meio eletrônico e não serão aceitos recibos provisórios de serviços - RPS.
- 4.3.2 A aceitação da NF-e, bem como a data para o início do prazo de pagamento, estão condicionados a verificação de sua autenticidade.
- 4.4 O IPT aplicará, salvo se comprovadas, pela CONTRATADA, suas inaplicabilidades parciais ou integrais, as determinações contidas:
- 4.4.1 Na Instrução Normativa nº 971, de 13/11/2009, da Receita Federal do Brasil, com alterações posteriores;
- 4.4.2 Na Lei Municipal nº 13.476/02, com alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 53.151/12; e
- 4.4.3 Na Lei Federal nº 10.833/03, regulamentada pela Instrução Normativa 459, de 18/10/2004, de lavra da Secretaria da Receita Federal, com alterações posteriores.
- 4.5 A comprovação da inaplicabilidade das disposições previstas no subitem 4.4 e em seus subitens, desta cláusula, dependerá de pleito amplamente motivado da CONTRATADA, a ser apresentado ao IPT previamente ao primeiro faturamento emitido, bem como, conforme o enquadramento atribuído à matéria, da juntada da documentação comprobatória da inaplicabilidade (que poderá ser enviada em original, cópia autenticada ou cópia simples, mediante a apresentação dos originais para conferência), sob pena de retenção, conforme o caso: (I) ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza; (II) Das contribuições previdenciárias previstas nos artigos 79, 142 e 145, da IN 971, da Secretaria da Receita Federal do Brasil; (III) COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; (IV) CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; e (V) da contribuição para o PIS-PASEP.
- 4.5.1 Na hipótese de contratação de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES, não será realizada retenção de IR, CSLL, COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, nos termos do artigo 32, inciso III, da Lei Federal nº 10.833/03 e do artigo 1º, da Instrução Normativa RFB nº 765/07, com alterações posteriores.
- 4.5.2 Na hipótese de contratação de pessoa jurídica estabelecida fora do Município de São Paulo, que emita, portanto, nota fiscal autorizada por outro Município, poderá ser realizada retenção do ISSQN devido, caso esta não comprove, ao IPT, a sua inscrição no cadastro perante a Secretaria Municipal de Finanças, nos termos da Lei Municipal nº 14.042/05, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 46.598/05.
- 4.6 Para fins de retenção ou recolhimento do ISSQN devido, conforme seja, ou não, comprovada a inaplicabilidade da retenção pela CONTRATADA, deverá ser adotada a alíquota vigente no momento da retenção ou recolhimento para os serviços objeto deste ajuste.
- 4.7 O pagamento será processado por meio de crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, cujo CNPJ tenha sido habilitado na licitação, somente no BANCO DO BRASIL, conta nº _____, Agência nº _____, consoante dispõe o Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017.
- 4.8 A existência de registro da CONTRATADA no CADIN ESTADUAL constituirá, nos termos do artigo 6º, da Lei Estadual nº 12.799/08, e do artigo 7º, do Decreto Estadual nº 53.455/08, impedimento à realização dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até a regularização de seus débitos/pendências.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do IPT, com a seguinte classificação:
Funcional Programática: 19.665.1021.5840 e
Natureza Econômica: 3390.3945.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1 O IPT, representado por sua Secretaria de Governança Corporativa, reserva-se o direito de fiscalizar a execução do objeto deste ajuste, quando e da forma que julgar conveniente, por meio do Gestor do contrato e do Fiscal Técnico, especialmente destacados, cabendo à CONTRATADA reconhecer que os mesmos poderão exercer o poder de fiscalização, acompanhamento e estarem presentes durante todas as atividades que devam ser realizadas nos termos deste contrato, cabendo à CONTRATADA designar, de sua parte, um gestor contratual.
- 6.2 A Fiscalização a ser exercida pelo IPT consistirá, por exemplo, nos direitos de:
- 6.2.1 Determinar a suspensão dos serviços que, porventura, estejam sendo realizados em desacordo com este contrato.
 - 6.2.2 Emitir as instruções que julgar necessárias ao melhor andamento dos serviços.
 - 6.2.3 Informar, ao gestor contratual da CONTRATADA, sobre eventuais falhas e/ou correções, avaliando os resultados alcançados com a prestação dos serviços.
- 6.3 A Ação ou omissão do Gestor do contrato ou do Fiscal Técnico do IPT, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados não exime, em hipótese alguma, a CONTRATADA, da integral responsabilidade assumida no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REPRESENTAÇÃO DAS PARTES

- 7.1 Toda comunicação que envolva direitos e obrigações das partes deverá ser feita sempre por escrito de uma à outra, da forma indicada a seguir, sob pena de não ser levada em consideração:

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Av. Professor Almeida Prado, 532 - prédio nº 19

CEP: 05508-901 - Butantã - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3767-4777 - Fax: (11) 3767-4032

CONTRATADA:

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Cumprir integralmente com o disposto na legislação regente do objeto ora contratado, notadamente, mas não se limitando, às disposições contidas nas legislações previstas nas cláusulas 3ª (terceira) e 4ª (quarta), deste contrato, estas últimas sob pena de suspensão dos pagamentos devidos até a satisfação do inadimplemento.
- 8.2 Cumprir o objeto do presente contrato, em estrita conformidade com o disposto em seus itens, subitens e anexos, bem como com o disposto em sua proposta.
- 8.3 Executar o objeto contratado, de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos dessa natureza, com zelo, diligência e estrita observância à legislação pertinente, inclusive a relativa ao exercício de profissões técnicas.

- 8.4 Emitir a Apólice e Endossos correspondentes ao seguro ora contratado, os quais deverão atender às especificações, valores e coberturas determinadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 8.5 Providenciar, na data indicada na Apólice de Seguro, o início da execução do objeto deste contrato.
- 8.6 Os pagamentos das indenizações devidas pela **CONTRATADA** ao IPT, seus diretores, membros dos órgãos estatutários e administradores (empregados, prepostos e mandatários), deverão ser efetuados, em até **30 (trinta)** dias a contar da data de entrega de toda documentação pertinente, observada a correção/atualização das mesmas.
- 8.7 Participar conjuntamente, sempre que solicitada pelo IPT, de toda e qualquer reunião, em que se façam necessários esclarecimentos relativos aos seguros contratados.
- 8.8 Correrão por conta da CONTRATADA, os valores indenizáveis até o Limite Máximo da Garantia fixada no contrato, a saber R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- 8.9 Transferir para o IPT, a qualquer tempo, as vantagens auferidas com benefícios fiscais, isenções e ou reduções dos impostos incidentes sobre os ramos de Seguros Contratados, bem como qualquer redução de taxas decorrentes de nova análise e reavaliação de riscos.
- 8.10 Promover a regulação (inspeção e solicitação de documentos) sobre sinistros, com a maior brevidade possível, inclusive quanto às exigências estabelecidas pelos Resseguradores.
- 8.11 Atender as determinações contidas na Circular Susep 637/2021 e demais atualizações.
- 8.12 Responsabilizar-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, venha direta ou indiretamente, causar ao IPT ou a terceiros.
- 8.13 Assumir integralmente todos os encargos legais e trabalhistas dos profissionais que utilizar na execução do objeto contratado, respondendo como única empregadora na hipótese de propositura de reclamações trabalhistas ou outras ações por parte desses, com total isenção do IPT.
- 8.14 Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições que ensejaram a sua habilitação no âmbito do Eletrônico IPT nº **PE00005/2024**.
- 8.15 Cumprir e compartilhar dos princípios e valores que dizem respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no Código de Conduta e Integridade do IPT, disponível em www.ipt.br/institucional/governanca, e a divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros.
- 8.16 Responder pela guarda e conservação dos bens ou documentos eventualmente cedidos pelo IPT para o cumprimento do objeto deste contrato.
- 8.17 Em face de eventual reivindicação judicial ou extrajudicial apresentada ao IPT em razão dos serviços prestados com base neste contrato (inclusive relativa à violação de direitos de propriedade intelectual e de personalidade), adotar, às suas expensas, todas as providências necessárias para assegurar ao IPT o exercício de seus direitos.
- 8.18 Em caso de propositura de ações de qualquer natureza contra o IPT por parte dos profissionais utilizados na execução dos serviços, comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua condição de única e exclusiva empregadora ou contratante; fornecer ao IPT toda e qualquer informação e documentação solicitada, que seja necessária para garantir a adequada e ampla defesa deste em juízo, bem como assumir o pagamento dos custos a serem incorridos pelo Instituto para a sua defesa, incluindo honorários advocatícios, custas judiciais e depósitos recursais.

- 8.19 Obedecer às normas e rotinas do IPT, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 8.20 A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato.
- 8.21 Em atendimento à Lei federal nº 12.846/2013 e ao Decreto estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as descritas na cláusula décima sétima deste instrumento.
- 8.22 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do IPT, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula 1ª (primeira) deste Contrato, as normas legais regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO IPT

- 9.1 Cumprir integralmente com o disposto na legislação regente do objeto ora contratado, notadamente, mas não se limitando, às disposições contidas nas legislações previstas nas cláusulas 3ª (terceira) e 4ª (quarta), deste contrato.
- 9.2 Permitir à CONTRATADA, na pessoa de seu(s) profissional(is) credenciado(s) ou preposto(s), o livre acesso às dependências do IPT, visando a perfeita execução contratual.
- 9.3 Disponibilizar as informações necessárias para o fornecimento e para a execução dos serviços correlatos, objeto do presente contrato.
- 9.4 Promover aviso de sinistro à CONTRATADA, com relatório completo dos fatos, mencionando as circunstâncias do sinistro, providências que tenham sido tomadas e tudo o mais que possa contribuir para esclarecimento da ocorrência.
- 9.5 Proporcionar à CONTRATADA os meios necessários ao normal desempenho dos serviços contratados, dando-lhe acesso às instalações necessárias e prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados e digam respeito à natureza dos serviços e à execução do ajuste.
- 9.6 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência ou observação que venha a facilitar o correto cumprimento do objeto deste contrato.
- 9.7 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos termos deste contrato, desde que cumpridas, regular e integralmente, as obrigações assumidas por esta no prazo estabelecido.

- 9.8 Emitir à CONTRATADA, desde que, regular e integralmente cumprido o contrato, atestado de execução de serviços contendo a razão social da CONTRATADA, número de inscrição desta perante o CNPJ, descrição dos serviços prestados, período de vigência e valor contratual.
- 9.9 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES

- 10.1 As multas e penalidades serão apuradas e aplicadas observando-se as “NORMAS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO IPT” ANEXO III, do Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, publicado em 30/06/2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site www.ipt.br/fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO DOS DIREITOS

- 11.1 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, nem tampouco subcontratar, parcial ou totalmente, o objeto deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do IPT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1 O presente contrato poderá, a qualquer tempo, ser rescindido amigavelmente pelas partes, mediante simples comunicação escrita da parte interessada, feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não gerando a rescisão efetuada nos termos desta cláusula, para qualquer das partes, obrigação ou direito de indenização, reparação ou compensação, seja a que título for.
- 12.2 O presente contrato poderá a qualquer tempo, ser rescindido, por iniciativa do IPT, no caso da CONTRATADA incidir em quaisquer das hipóteses elencadas a seguir:
- 12.2.1 não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou projetos;
 - 12.2.2 atraso injustificado no início da prestação de serviços ou no cumprimento de datas intermediárias ou datas marco que comprovadamente ensejem a impossibilidade da conclusão da execução, nos prazos estipulados;
 - 12.2.3 paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao IPT;
 - 12.2.4 subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato ou sem prévia autorização do IPT;
 - 12.2.5 desatendimento das determinações regulares do Fiscal Técnico, do Gestor do contrato ou da Área de Contratos da Coordenadoria Administrativa;
 - 12.2.6 decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 12.2.7 dissolução da sociedade;
 - 12.2.8 alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - 12.2.9 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas por ato do Diretor Presidente.

12.3 Constituem motivo para rescisão do contrato, mediante iniciativa da CONTRATADA:

- 12.3.1 suspensão total de sua execução, por ordem escrita do IPT, por prazo superior a 4 (quatro) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 12.3.2 atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo IPT decorrentes da prestação de serviços, ou parcelas desta, já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 12.4 Nas hipóteses previstas no subitem 12.3 de rescisão por iniciativa da CONTRATADA, o pedido rescisão deverá ser comunicado ao IPT com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 12.5 O desequilíbrio econômico-financeiro não autoriza a rescisão unilateral do contrato, devendo ser reparado pelo aditamento ao contrato quando reconhecido pelos contratantes ou pela instância responsável pela solução de conflitos do contrato.
- 12.6 A CONTRATADA não poderá suspender a execução contratual com base em pleito de reequilíbrio econômico financeiro já rejeitado pelo IPT ou pendente de sua avaliação que, ressalvado estabelecimento de prazo diverso por consenso entre os contratantes, deverá ser concluída no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação do pedido ou da entrega dos documentos necessários para avaliação do pedido.
- 12.7 Constituem igualmente motivo para rescisão do contrato, com ou sem iniciativa de qualquer das partes, a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 12.8 Em quaisquer das hipóteses de rescisão, uma vez apurada a culpa ou dolo de uma das partes, será devido o ressarcimento, pela outra parte, dos prejuízos regularmente comprovados.
- 12.8.1 Havendo concorrência de culpa, os prejuízos experimentados poderão ser compensados.
 - 12.8.2 Inexistindo culpa ou dolo da CONTRATADA, além do ressarcimento de eventuais prejuízos regularmente comprovados, terá ela o direito a:
 - 12.8.2.1 devolução de garantia;
 - 12.8.2.2 pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
 - 12.8.2.3 pagamento do custo da desmobilização, se houver.
 - 12.8.3 Ocorrendo dolo ou culpa da CONTRATADA, de forma individual ou concorrente, o IPT terá o direito de:
 - 12.8.3.1 executar a garantia contratual, para ressarcimento dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
 - 12.8.3.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos.

- 12.8.4 Incluem-se nas indenizações devidas ao IPT o custo arcado com terceiros e em ajustes ou contratos que tenham sofrido diretamente impactos por atuação do instrumento rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO USO DO NOME E DA MARCA DO IPT

- 13.1 É vedada à CONTRATADA a utilização, seja por qual meio for, bem como a vinculação aos seus produtos ou serviços, do nome, da marca, do logotipo ou de qualquer outro bem imaterial do IPT, salvo se por este expressamente autorizado.
- 13.2 A CONTRATADA deverá zelar para que os seus prepostos, representantes e/ou profissionais alocados à prestação dos serviços objeto deste contrato cumpram com o disposto no subitem 13.1, sob pena de aplicação das penalidades decorrentes da lei, como a busca e apreensão de objetos e ou medidas cautelares de cunho inibitório, que ficam desde já estabelecidas como de execução direta pelo IPT, ou outras consequências previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE

- 14.1 Quaisquer dados ou informações, seja qual for a espécie ou natureza, a que a CONTRATADA, por meio de seus profissionais ou prepostos tenha acesso, em decorrência deste contrato, serão tratados pela mesma como estritamente confidenciais, no sentido de que seu conteúdo, total ou parcial, não seja, em hipótese alguma, revelado a terceiros.
- 14.2 A CONTRATADA zelar para que seus profissionais, prepostos e representantes também se submetam às obrigações de confidencialidade de que trata a presente Cláusula, obrigando-se a apresentar ao IPT, quando solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura deste instrumento, termo de sigilo e confidencialidade por esses assinados.
- 14.3 As disposições da presente cláusula não se extinguem com o término ou rescisão deste contrato, por quaisquer motivos, permanecendo em vigor, a qualquer tempo, as restrições dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

- 15.1 A CONTRATADA declara ter ciência dos deveres de o IPT conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando à Lei Federal 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como a terceiros que a representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.
- 15.2 O IPT não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, comprometendo-se a CONTRATADA, em caráter irrevogável e irretratável, a:
- 15.2.1 Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846/2013, disponível em www.planalto.gov.br, o Decreto Estadual nº 60.106/2014, o Decreto Estadual nº 60.428/2014 (Código de Ética da Administração Pública Estadual), ambos disponíveis em www.legislacao.sp.gov.br, e o Código de Conduta e Integridade do IPT, disponível em www.ipt.br/institucional/governanca, e a divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;

- 15.2.2 Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal 12.846/2013;
- 15.2.3 Não tolerar ou compactuar com qualquer comportamento considerado corrupto, como por exemplo: pagamento e/ou cooperação de qualquer forma com o pagamento de suborno, emissão ou aceitação de notas e faturas falsas, dentre outros;
- 15.3 A CONTRATADA declara que nenhum valor pago a ela com base no presente Contrato foi ou será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.
- 15.4 A CONTRATADA deverá informar ao IPT, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o IPT ou com este Contrato, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.
- 15.5 O IPT poderá, a qualquer tempo, auditar a CONTRATADA com a finalidade de assegurar o cumprimento das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à análise e solicitação de documentos, à realização de inspeções e entrevistas e à aplicação de questionários. A CONTRATADA obriga-se a manter livros, contas, registros e faturas precisas, a colaborar com eventuais auditorias e a atender às solicitações do IPT nos prazos que forem indicados.
- 15.6 A CONTRATADA defenderá, protegerá, indenizará e isentará o IPT, seus acionistas, administradores, empregados, contratados e prepostos de qualquer responsabilidade, reclamações, custos, reivindicações, processos, ações e direitos de ação de todo o tipo e natureza que surjam em decorrência da prática de uma infração às Normas Anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1 O presente contrato reger-se-á pelas disposições da redação em vigor do Regulamento Licitações e Contratos do IPT, disponível no site do IPT, endereço eletrônico www.ipt.br/fornecedores e da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com as alterações introduzidas pelo artigo 185 da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas normas de direito civil.
- 16.2 As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos administrativamente à luz dos dispositivos legais mencionados no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS

- 17.1 Como alternativa à assinatura física deste instrumento as partes declaram e concordam que a assinatura poderá ser efetuada em formato eletrônico.
- 17.2 Nos termos do artigo 219 do Código Civil Brasileiro, as partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato e seus anexos, assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que estes não sejam emitidos pela ICP-Brasil, de acordo com o art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
- 17.3 Na hipótese da assinatura em formato eletrônico, o presente ajuste considera-se assinado na data mais recente da assinatura aposta pelas partes, independentemente daquela efetivada pelas testemunhas da celebração do instrumento.

- 17.4 As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste termo de contrato, assinado no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - SEI/SP, nos termos do Decreto estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 18.1 A CONTRATADA deverá cumprir no âmbito da execução deste contrato, o disposto pela Lei federal nº 13.709/2018, as regulamentações que vierem a ser editadas pela Agência Nacional de Proteção de Dados -ANPD e as instruções formalizadas pelo IPT.
- 18.2 A CONTRATADA deverá assegurar que o acesso aos dados pessoais obtidos em virtude da execução contratual, seja limitado a seus empregados, prepostos e colaboradores, quando estritamente necessários ao atendimento da finalidade do ajuste, nos termos da legislação vigente, assegurado que todos estejam sujeitos à compromisso de confidencialidade ou à obrigação profissional de confidencialidade.
- 18.3 A CONTRATADA deverá informar ao IPT sobre todo e qualquer compartilhamento de dados pessoais com terceiros, fornecidos pelo IPT, em razão da execução contratual.
- 18.4 Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas e atualizadas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, incidentes de segurança e de situações acidentais de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 18.5 Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deverá implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do IPT previstas na Lei federal nº 13.709/2018.
- 18.6 A CONTRATADA deverá:
- 18.6.1 imediatamente notificar o IPT ao receber requerimento de um titular de dados, cujo o IPT seja o controlador, na forma prevista no artigo 18 da Lei federal nº 13.709/2018; e
 - 18.6.2 quando solicitado, auxiliar o IPT na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o item 23.6.1 deste.
- 18.7 A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, ao IPT, a ocorrência de incidente de segurança relacionado aos dados pessoais, obtidos durante a execução contratual, com todas as informações necessárias para que o IPT possa cumprir a obrigação de comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD l e aos titulares dos dados, conforme disposto na Lei federal nº 13.709/2018.
- 18.8 A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas necessárias, nos termos da Lei federal nº 13.709/2018, na investigação, mitigação e reparação de incidentes de segurança.
- 18.9 A CONTRATADA deverá, quando solicitado, auxiliar o IPT na elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, durante a execução contratual, observado o disposto na Lei federal nº 13.709/2018.
- 18.10 A CONTRATADA deverá, em até 10(dez) dias corridos da data de encerramento do contrato, devolver ao IPT, todos os dados pessoais obtidos durante a execução contratual e que o IPT seja controlador ou eliminá-los, conforme decisão do IPT, certificando por escrito, o cumprimento desta obrigação.

- 18.11 A CONTRATADA deverá colocar à disposição do IPT toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo IPT ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.
- 18.12 Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.
- 18.13 A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao IPT ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei federal nº 13.709/2018, das regulamentações que vierem a ser procedidas pela Agência Nacional de Proteção de Dados -ANPD ou de instruções do IPT relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do IPT em seu acompanhamento.
- 18.14 Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA, durante a execução contratual, todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais e eventual instrução por escrito do IPT.
- 18.15 É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

- 19.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital, por uma das Varas da Fazenda Pública, para dirimir qualquer questão ou interpretação de dúvidas ou itens do presente ajuste que, administrativamente, as partes não puderem resolver, em prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2)

CONTRATO CAD/SGC - PE00005/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo define o objeto do certame a ser realizado, detalhando o serviço a ser prestado e as condições específicas que a vencedora deverá observar na execução contratual. Faz parte integrante do edital e do termo de contrato e dele é indissociável.

OBJETO:

Prestação de serviços de cobertura de seguro de responsabilidade civil para os membros dos órgãos estatutários, conselhos de administração e fiscal, comitê de auditoria estatutária, diretores e empregados aos quais tenham sido formalmente delegados poderes para representar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - seguro D&O - “Directors and Officers.”

A cobertura será do tipo “Claims Made” (Seguro de Responsabilidade Civil à base de Reclamações) abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos gerados anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a Reclamação motivada seja desconhecida do Segurado.

Para todos os efeitos de seguro a ser contratado, deverão ser considerados como Segurados, enquanto representantes do IPT: os Membros dos Órgãos Estatutários, Conselhos Administrativo e Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária, os Membros das Diretorias, Procuradores, Contadores, Auditores, Chefes da Assessoria Jurídica, Gerentes Administrativos, Coordenadores Administrativos, Diretores de Centros e Núcleos Técnicos e Chefes de Laboratórios e todos os indivíduos que ocupem, tenham ocupado ou venham a ocupar, desde a data retroativa de cobertura até o termo final de vigência da apólice, cargo ou função que implique o exercício de tomada de decisões e/ou na sua responsabilidade pessoal pelas omissões e atos praticados no exercício de suas respectivas funções, bem como os demais empregados aos quais tenham sido formalmente delegados poderes para representar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

GARANTIAS AOS SEGURADOS :

O seguro deverá garantir aos Segurados e ao Tomador do Seguro, a cobertura de custos de defesa, despesas e indenizações que qualquer segurado acima descrito seja condenado a pagar, isolado ou conjuntamente, ou ainda, solidariamente, em qualquer parte do mundo, em decorrência, mas não exaustivamente, das situações abaixo.

Entende-se por custos de defesa (emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais, custos e despesas judiciais e extrajudiciais necessários, com o consentimento prévio da Seguradora), desde que relacionados a fatos e acontecimentos que possam implicar a responsabilização pessoal ou solidária do Segurado ou devido à descon siderações da personalidade jurídica.

Inclui-se na definição de Custos de Defesa o custo para interposição de recurso voluntário, quando da aplicação de multas e penalidades pecuniárias e não pecuniárias contra o Segurado:

a) Processos e/ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, de natureza civil, criminal, previdenciário, trabalhista, tributária ou de qualquer outra natureza, nos quais o Segurado figure como réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária, subsidiária ou devido à descon sideração da personalidade jurídica do IPT (Tomador) que possa resultar em:

i. Decisão judicial transitada e julgada ou decisão arbitral por danos corporais, danos morais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, ocorridos ou não nas dependências do IPT, em decorrência de atos de gestão administrativa, praticados pelos segurados nos exercícios de suas funções, inclusive aqueles envolvendo empregados, prepostos ou terceiros, exceto por comprovada fraude, dolo ou má fé;

ii. Acordos firmados em tribunais arbitrais e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados pela Justiça, desde que negociados com consentimento prévio da Seguradora.

b) Reclamações de terceiros, propostas contra o Segurado visando a responsabilizá-lo em virtude de ações, atos e omissões inerentes a sua condição de administrador do Tomador.

- c) Despesas incorridas com inquéritos administrativos e policiais, despesas administrativas, processuais e arbitrais, tais como: honorários periciais, advocatícios e outros.
- d) Custos de defesa relacionados a multas e condenações aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE aos segurados, desde que decorrentes única e exclusivamente de sua condição administrador/gestor do Tomador.
- e) Perdas e danos impostos aos Segurados por medida judicial ou extrajudicial, a qual determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio e indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: Determinação de “penhora online”, ou bloqueio de contas bancárias dos segurados determinadas por ordem ou despacho judicial; e Determinação de indisponibilidade de bens, total ou parcial, para fins de investigação cível e/ou criminal, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada.
 - i) O pagamento de indenização para essa cobertura deverá ser efetuado diretamente ao Segurado ou ao terceiro por ele expressamente designado, em parcelas mensais e sucessivas, limitadas ao valor correspondente de 100% (cem por cento) da remuneração nominal percebida e comprovada pelo Segurado no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio dos bens.
- f) Custo de Contratação de Empresa Especializada em SERVIÇOS DE Comunicação e Assessoria de Imagem, quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer pessoa Segurada causada pela veiculação de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado.
- g) Indenização relativa a Reclamações apresentadas por um Segurado contra o outro Segurado, baseadas ou como consequência de qualquer demissão, dispensa ou término do contrato de trabalho, violação de qualquer contrato de trabalho, violação das leis que vedam a discriminação no local de trabalho.
- h) Indenização relativa a Reclamações movidas por Terceiros contra os Contadores Internos e Auditores Internos do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão.
- i) Cobertura para reclamações contra qualquer dos Segurados referentes à alegação de ERROS e OMISSÕES, relacionadas à prestação de serviços e/ou atividades inerentes ao objeto social do TOMADOR, desde que descaracterizada sua Personalidade Jurídica.

j) Cobertura para Práticas Trabalhistas Indevidas. Considera-se Prática Trabalhista Indevida qualquer Reclamação real ou alegada decorrente de:

- i. Demissão dispensa ou rescisão contratual, de Empregado supostamente injusto ou ilegal;
- ii. Falha do Empregador relacionada à promoção, contratação e /ou privação injusta de oportunidades na carreira, incluindo questões relativas à indisciplina e estabilidade.

EXTENSÕES AUTOMÁTICAS DE COBERTURAS:

a) Coberturas para Herdeiros, Representantes Legais e Espólio - Caso algum Segurado venha a falecer ou tornar-se incapaz civilmente, esta Apólice cobrirá indenizações de valores monetários decorrentes de qualquer Reclamação feita de acordo com suas condições contra o espólio, seus herdeiros ou representantes legais.

b) Coberturas para Responsabilidade Solidária de Bens - para os prejuízos sofridos na hipótese de recair sobre bens do cônjuge ou do companheiro (a) sob regime de união estável do Segurado qualquer constrangimento ou constrição em virtude de alguma Reclamação contra o Segurado.

IMPORTÂNCIA SEGURADA E VIGÊNCIA:

a) A importância segurada para o presente seguro e que representa o Limite Máximo de Indenização pela Seguradora é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) - em moeda do país de origem da reclamação.

b) A apólice deverá ser emitida em reais (R\$) e deverá garantir a indenização também ao Tomador, quando este adiantar qualquer pagamento de despesa ou indenização decorrente do sinistro noticiado.

c) Deverá ser considerado o limite máximo de indenização para todas as coberturas combinadas, incluindo os custos de defesa.

d) Para fins de conversão de eventuais indenizações devidas deverá ser sempre utilizada a taxa de câmbio oficial de venda, em vigor na data da definição do valor da indenização.

VIGÊNCIA E PRAZOS:

- a) Vigência da Apólice: 12(doze) meses, contados da data de emissão da apólice de seguro.
- b) Prazo de Retroatividade: Ilimitado para fatos desconhecidos.
- c) Prazo Complementar para Apresentação de Reclamações: 36 (trinta e seis) meses, sem cobrança de prêmio adicional.
- d) Prazo Suplementar para Apresentação de Reclamações: opção de compra de prazo suplementar para apresentação de reclamações por um período de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, após os 36 (trinta e seis) meses gratuitos do prazo complementar, mediante pagamento de prêmio adicional de 75% (setenta e cinco por cento) ou 100% (cem por cento), respectivamente, do prêmio pago na última apólice vigente.

FRANQUIA:

Não haverá cobrança de qualquer franquia em relação aos Segurados ou mesmo na hipótese de reembolso ao Tomador. **(FRANQUIA ZERO).**

ESTÃO EXCLUIDOS DA COBERTURA:

- a) Atos dolosos de qualquer gênero ou espécie, praticados pelo próprio segurado ou por terceiro em seu benefício, desde que comprovados judicialmente.
- b) Reclamações conhecidas, anteriores ou pendentes ao início de vigência do seguro.
- c) Ato, omissão ou fato que já tenha sido objeto de uma reclamação anteriormente apresentada.
- d) Enriquecimento ilícito, desde que comprovado judicialmente.
- e) Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice, caso não seja renovada. Reclamações decorrentes da nomeação e/ou eleição para cargos políticos.
- f) Danos ambientais.
- g) Atos lesivos contra a administração pública, de acordo com art. 5º da Lei Federal 12.846/2013.

h) Defesa: os segurados não deverão aceitar ou assumir qualquer responsabilidade, fazer qualquer acordo de liquidação de reclamação, transigir sobre direitos ou incorrer em quaisquer custos de defesa sem a prévia aprovação escrita da seguradora. Tal aprovação é condição necessária à responsabilização da seguradora pela indenização de custos de defesa e/ou perdas e danos decorrentes de uma reclamação.

AMBRANGÊNCIA DA COBERTURA:

Abrangência da cobertura será nacional e internacional.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de Regularidade SUSEP - Superintendência de Seguros Privados e reservas Técnicas.
- b) Declaração do Ressegurador informando que a licitante está em dia com seus compromissos financeiros, dispondo de cobertura automática para os ramos de seguro que opera de acordo com o Decreto Lei nº 073/66 ou Declaração da própria licitante afirmando não fazer uso de resseguro.
- c) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação.
- d) Registro ou inscrição na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedado à Contratada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO PREGÃO:

1. Sociedade Seguradora cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e não esteja autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
2. A contratação do seguro objeto desta licitação será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, sem participação de corretor ou empresa corretora de seguros, que

também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras, em atenção à vedação contida no Decreto nº 60.459/1967.

3. Não será admitida a participação de seguradoras em regime de cosseguro.
4. Não será permitida a participação de proponente que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Emitir a Apólice e Endossos correspondentes ao seguro ora contratado, os quais deverão atender às especificações, valores e coberturas determinadas no presente Termo de Referência.
- b) Providenciar, na data indicada na Apólice de Seguro, o início da execução do objeto do contrato.
- c) Os pagamentos das indenizações devidas pela **CONTRATADA** ao IPT, seus diretores, membros dos órgãos estatutários e administradores (empregados, prepostos emendatários), deverão ser efetuados, em até **30 (trinta)** dias a contar da data de entrega de toda documentação pertinente, observada a correção/atualização das mesmas.
- d) Participar conjuntamente, sempre que solicitada pelo IPT, de toda e qualquer reunião, em que se façam necessários esclarecimentos relativos aos seguros contratados.
- e) Correrão por conta da CONTRATADA, os valores indenizáveis até o Limite Máximo da Garantia fixada no contrato, a saber R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- f) Transferir para o IPT, a qualquer tempo, as vantagens auferidas com benefícios fiscais, isenções e ou reduções dos impostos incidentes sobre os ramos de Seguros Contratados, bem como qualquer redução de taxas decorrentes de nova análise e reavaliação de riscos.
- g) Promover a regulação (inspeção e solicitação de documentos) sobre sinistros, com a maior brevidade possível.
- h) responsabilizar-se por todas as despesas com mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços

i) Manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto a apólice de seguro, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução deste contrato.

j) Atender as determinações contidas na circular susep 637/2021 e demais atualizações

l) Cumprir integralmente com o disposto na legislação regente do objeto a ser contratado, notadamente, mas não se limitando, às disposições contidas nas legislações previstas nas cláusulas do contrato, estas últimas sob pena de suspensão dos pagamentos devidos até a satisfação do inadimplemento.

m) Cumprir o objeto do presente contrato, em estrita conformidade com o disposto em seus itens, subitens e anexos, bem como com o disposto em sua proposta.

n) Executar o objeto ser contratado, de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos dessa natureza, com zelo, diligência e estrita observância à legislação pertinente, inclusive a relativa ao exercício de profissões técnicas.

Assumir integralmente todos os encargos legais e trabalhistas dos profissionais que utilizar na execução do objeto contratado, respondendo como única empregadora na hipótese de propositura de reclamações trabalhistas ou outras ações por parte desses, com total isenção do IPT.

o) Cumprir e compartilhar dos princípios e valores que dizem respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no Código de Conduta e Integridade do IPT, cuja íntegra encontra-se na página do site do IPT http://www.ipt.br/institucional/missao_valores, disseminando-o aos seus colaboradores.

p) Responder pela guarda e conservação dos bens ou documentos eventualmente cedidos pelo IPT para o cumprimento do objeto do contrato.

q) Assumir, em qualquer processo ou procedimento administrativo ou judicial movido em face do IPT, e que envolva os profissionais designados para a prestação dos serviços ora contratados, a posição de litisconsorte e apresentar ampla defesa, bem como fornecer subsídios e documentos idôneos para que o IPT possa da mesma forma se defender.

r) Pagar os valores referentes a: (a) condenação imposta por sentença judicial; (b) depósito em garantia para recursos; (c) multas da fiscalização; e/ou (d) quaisquer despesas relacionadas às obrigações legais que lhe são atribuídas, bem como ressarcir ao IPT aludidos valores na hipótese de esse ser compelido a efetuar seu pagamento.

- s) Responder por suas obrigações nos âmbitos civis, trabalhista, previdenciário e fiscal, para assegurar a solução dos fatos pelos quais o IPT possa ser responsabilizado, até a prescrição ou decadência dos respectivos direitos e obrigações.
- t) Em face de eventual reivindicação judicial ou extrajudicial apresentada ao IPT em razão dos serviços prestados com base neste contrato (inclusive relativa à violação de direitos de propriedade intelectual e de personalidade), adotar, às suas expensas, todas as providências necessárias para assegurar ao IPT o exercício de seus direitos.
- u) Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do IPT, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula 1ª (primeira) deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

DAS OBRIGAÇÕES DO IPT

- a) Permitir da futura CONTRATADA, na pessoa de seu(s) profissional(is) credenciado(s) ou preposto(s), o livre acesso às suas dependências, visando a perfeita execução dos serviços.
- b) Comunicar à futura CONTRATADA a ocorrência de todo acidente cuja vítima seja um profissional posto à disposição do IPT, considerando-se local de trabalho, para efeito da legislação específica, aquele onde se efetua a prestação do serviço.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à futura CONTRATADA nos termos deste contrato, desde que cumpridas, regular e integralmente, as obrigações assumidas por esta no prazo estabelecido.
- d) O IPT poderá, a qualquer tempo, solicitar a documentação referente ao(s) profissional(is) alocado(s) para prestação dos serviços ora contratados, que o(s) vincule(m) à futura CONTRATADA, bem como a comprovação de sua regularidade e legalidade, inclusive quanto aos aspectos fiscais, previdenciários e fundiários.
- e) Emitir à futura CONTRATADA, desde que regular e integralmente cumprido o contrato, atestado de execução de serviços contendo a razão social da CONTRATADA, número de inscrição desta perante o CNPJ, descrição dos serviços prestados, período de vigência e valor contratuais.

f) Promover aviso de sinistro à futura CONTRATADA, com relatório completo dos fatos, mencionando as circunstâncias do sinistro, providências que tenham sido tomadas e tudo o mais que possa contribuir para esclarecimento da ocorrência.

g) Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da futura CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula 1ª (primeira) deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1. O IPT, reserva-se o direito de fiscalizar a execução do objeto deste ajuste, quando e da forma que julgar conveniente, por meio do Gestor do contrato e do Fiscal Técnico, especialmente destacados, cabendo à futura CONTRATADA reconhecer que os mesmos poderão exercer o poder de fiscalização, acompanhamento e estarem presentes durante todas as atividades que devam ser realizadas nos termos deste contrato, cabendo à futura CONTRATADA designar, de sua parte, um gestor contratual.

2. A Fiscalização a ser exercida pelo IPT consistirá, por exemplo, nos direitos de:

2.1. Determinar a suspensão dos serviços que, porventura, estejam sendo realizados em desacordo com este contrato.

2.2. Emitir as instruções que julgar necessárias ao melhor andamento dos serviços.

2.3. Informar, ao gestor contratual da futura CONTRATADA, sobre eventuais falhas e/ou correções, avaliando os resultados alcançados com a prestação dos serviços.

3. A Ação ou omissão do Gestor do contrato ou do Fiscal Técnico do IPT, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados não exime, em hipótese alguma, a futura CONTRATADA, da integral responsabilidade assumida no presente contrato.

DAS MULTAS E PENALIDADES

As multas e penalidades serão apuradas e aplicadas observando-se as "NORMAS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO IPT" ANEXO III, do Regulamento de Licitações e Contratos do IPT, publicado em 30/06/2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site www.ipt.br/fornecedores.

DAS ASSINATURAS

- a. Como alternativa à assinatura física deste instrumento as partes declaram e concordam que a assinatura poderá ser efetuada em formato eletrônico.
- b. Nos termos do artigo 219 do código civil brasileiro, as partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato e seus anexos, assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que estes não sejam emitidos pela icp-brasil, de acordo com o art. 10, § 2º, da medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
- c. Na hipótese da assinatura em formato eletrônico, o presente ajuste considera-se assinado na data mais recente da assinatura aposta pelas partes, independentemente daquela efetivada pelas testemunhas da celebração do instrumento.
- d. As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato, assinado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nos termos do Decreto Estadual nº 67.641/2023.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 1. A contratada deve cumprir a Lei federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste contrato e observar as instruções por escrito do IPT no tratamento de dados pessoais.
- 2. A contratada deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

3. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei federal nº 13.709/2018, a contratada deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. Considerando a natureza do tratamento, a contratada deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do IPT previstas na Lei federal nº 13.709/2018.

5. A contratada deve:

5.1. imediatamente notificar o IPT ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei federal nº 13.709/2018; e

5.2. Quando for o caso, auxiliar o IPT na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso i deste parágrafo.

6. A CONTRATADA deve notificar ao IPT, imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o IPT cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei federal nº 13.709/2018.

7. A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

8. A CONTRATADA deve auxiliar o IPT na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste contrato.

9. Na ocasião do encerramento deste contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao IPT ou eliminá-los, conforme decisão do IPT, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao IPT, o cumprimento desta obrigação.

10. A CONTRATADA deve colocar à disposição do IPT, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo IPT ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

11. Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

12. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao IPT ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei federal nº 13.709/2018 ou de instruções do IPT relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do IPT em seu acompanhamento.

13. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso i do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela contratada ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do IPT.

14. É vedada a transferência de dados pessoais, pela contratada, para fora do território do Brasil.

15. A CONTRATADA não poderá divulgar dados pessoais a qualquer subcontratado, ou substituir subcontratado, exceto se previamente autorizada de forma específica e por escrito pelo IPT.

CONTRATO CAD/SGC - PE00005/2024

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE (IN)EXISTÊNCIA DE PARTES RELACIONADAS - FORNECEDORES

DECLARAÇÃO DE (IN)EXISTÊNCIA DE PARTES RELACIONADAS - FORNECEDORES

Ao

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT

Ref: **PREGÃO ELETRÔNICO IPT nº PE00005/2024 - PROCESSO IPT nº 95425/2024**

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], CPF nº [_____], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [DENOMINAÇÃO/RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____; em atendimento à **Política de Transações com Partes Relacionadas** do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A - IPT, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa, ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio, **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada do IPT**, em nenhuma das situações ali definidas.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de vigência do contrato, será reapresentada ao IPT, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração.

Declaro ainda ciência de que, em caso de se identificar como parte relacionada do IPT, a transação deverá seguir os critérios estabelecidos na referida Política.

_____, ____ de _____ de 2024

Nome e Assinatura do Declarante

CONTRATO CAD/SGC - PE00005/2024

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº: CAD/SGC- PE00005/2024

OBJETO: Prestação de serviços de cobertura de seguro de responsabilidade civil para os membros dos órgãos estatutários, conselhos de administração e fiscal, comitê de auditoria estatutário, diretores e empregados aos quais tenham sido formalmente delegados poderes para representar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - seguro D&O - “Directors and Officers”

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: - OAB/SPe-mail:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO IPT:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo IPT:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pelo IPT:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO IPT:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____